

**PÓS-GRADUAÇÃO  
EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**O ENGAJAMENTO ECOLÓGICO COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DA  
POLITICIDADE DOS JOVENS**

**Leandro Antônio Gráss Peixoto**  
Dissertação de Mestrado

Brasília-DF, Junho de 2011.



**Universidade de Brasília**  
**Centro de Desenvolvimento Sustentável**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**O ENGAJAMENTO ECOLÓGICO COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DA  
POLITICIDADE DOS JOVENS**

Leandro Antônio Grass Peixoto

Orientadora  
Prof<sup>a</sup> Dra. Maria de Fátima Rodrigues

Brasília, Junho de 2011.

Peixoto, Leandro Antonio Grass

**O engajamento ecológico como possibilidade de formação da politicidade dos jovens/** Leandro Antonio Grass Peixoto.

Brasília, 2011

Xxx p.: il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Universidade de Brasília, Brasília.

1.Educação Ambiental. 2.Juventude. 3.Participação política. I.Universidade Brasília. CDS.

II. Título

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta tese e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O(a) autor(a) reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta tese de doutorado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do(a) autor(a).

---

Leandro Antonio Grass Peixoto

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**O ENGAJAMENTO ECOLÓGICO COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO DA  
POLITICIDADE DOS JOVENS**

Leandro Antônio Grass Peixoto

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Educação para Gestão Ambiental.

Aprovada por:

---

Maria de Fátima Rodrigues, Doutora (CDS-UnB)  
(Orientadora)

---

Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti, Doutora (CDS-UnB)  
(Examinadora interna)

---

Philippe Layrargues, Doutor (FNP-UnB)  
(Examinador externo)

Brasília, 21 de junho de 2011.

## DEDICATÓRIA

*Este trabalho é dedicado a todos  
aqueles que acreditam na força  
transformadora da juventude e àqueles que  
entregam suas vidas em favor  
da educação e da formação do ser humano.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, que me dá luz, sabedoria e discernimento nos momentos em que mais preciso.

À minha mãe, Maria de Fátima Grass, que me deu a vida, ora todos os dias por mim e me ajuda a desenvolver algumas das virtudes mais valiosas de um ser humano.

Ao meu pai, Célio Peixoto, que por seu esforço e trabalho me permitiu ter uma vida digna, sem me deixar perecer em nenhum momento.

À minha afilhada Laís, por ser o sorriso e o carinho que me movem.

Ao meu irmão, Cristiano Grass, por ser parceiro e em boa parte de minha vida, o maior modelo de pessoa a ser seguido.

À minha irmã, Karine Peixoto, que mesmo não estando perto, está sempre próxima.

Aos meus avós, modelos de simplicidade, amor e vitória.

Aos meus tios e primos, fonte de amizade e peças fundamentais do meu caráter.

Aos meus compadres Saulo e Mariana, pela humanidade, amizade, exemplo, dedicação e companheirismo.

Aos meus amigos, que são muitos, por todo amor, respeito, carinho e alegria.

À Pastoral da Juventude Lassalista, divisor de águas na minha vida e fonte da paixão pelos jovens.

Aos jovens do Coletivo Jovem do Meio Ambiente de Goiás, em especial Thaís, Maíra e Givago, pela brilhante contribuição que deram a este trabalho.

À Maria de Fátima Rodrigues, minha orientadora paciente, inteligente, comunicativa e jovial, para com a qual nutro profundo respeito e profunda admiração, e com quem me identifico na disposição e no interesse pelo que é social.

À professora Izabel Zaneti, pelas contribuições metodológicas ao longo do curso e por fazer parte da banca.

Ao professor Philippe Layrargues, pelas brilhantes contribuições no campo da Educação Ambiental e por fazer parte da banca.

Ao meu mestre e professor Pedro Demo, pelo seu brilho, disposição e em quem busco inspirações para ser mais do que o sistema espera que eu seja.

Aos colegas professores das escolas em que trabalhei: CE 01 de São Sebastião, CE do Lago, CEMA, CECAN, La Salle e Marista, pela dedicação e partilha constante da árdua vida de educador.

Aos meus amigos Marcelo Rebelo, Lucas Baeta e André Grass, por tornarem as idas a Goiânia mais do que simples excursões ao campo de pesquisa.

Aos professores e funcionários do CDS pelo auxílio, convivência e por todas as possibilidades de aprendizado.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de algum modo, participaram dessa difícil caminhada e contribuíram para a realização dessa pesquisa.

(...) Juventude, rosto do mundo,  
Teu dinamismo logo encanta quem te vê  
A liberdade aposta tudo  
Não perde nada na certeza de vencer

**Jorge Trevisol**

## RESUMO

Procura demonstrar a relação entre o engajamento ecológico e a formação da politicidade juvenil, evidenciando de que maneira a atuação no campo ambiental pode favorecer a formação de sujeitos mais críticos e participativos politicamente, tendo como referência a experiência do Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Goiás. Os resultados do presente trabalho indicam, a partir da experiência relatada, que há uma possibilidade de relação entre o envolvimento com a causa ambiental e o desenvolvimento do que se considera como politicidade.

Palavras-chave: Meio ambiente; Juventude; Participação Política.

## **ABSTRACT**

It seeks to demonstrate the relationship between environmental commitment and training youth politics, showing how the performance in the environmental field can promote the formation of subjects most critical and politically participatory, with reference to the experience of the Youth Environment Collective of Goias. The results of this study indicate, from the reported experience, there is a possible relationship between involvement with the environmental cause and development of what is considered as politics.

**Keywords:** Environment, Youth, Political Participation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – <i>Layout</i> do Blog do Coletivo Jovem-GO .....	26
Figura 2 – WikiRejuma .....	44
Figura 3 – Sítio da REJUMA .....	78
Quadro 1 – Educação e mudança ambiental .....	65-66

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Situação educacional dos jovens em 2006 .....	35
Tabela 2 – Tempo gasto com tecnologia e mídia por crianças e adolescentes	42
Tabela 3 – Temas dos grupos e associações escolhidas pelos jovens .....	73

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CJ	Coletivo Jovem de Meio Ambiente
CNIJMA	Conferência Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente
EA	Educação Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MMA	Ministério do Meio Ambiente
REJUMA	Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade

## SUMÁRIO

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

**LISTA DE TABELAS**

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1. A JUVENTUDE NO CONTEXTO DA MODERNIDADE .....</b>	<b>27</b>
1.1 JUVENTUDE E JUVENTUDES .....	30
1.2 O CONTEXTO DA MODERNIDADE .....	36
1.3 JUVENTUDE E NOVAS TECNOLOGIAS .....	41
<b>2. A POLITICIDADE E A FORMAÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO .....</b>	<b>46</b>
2.1 POBREZA POLÍTICA .....	48
2.2 ASPECTOS CONSTITUTIVOS DA POLITICIDADE .....	53
2.3 SUJEITO ECOLÓGICO: UM CAMINHO PARA A CIDADANIA .....	61
<b>3. CIDADANIA VIA ECOLOGIA .....</b>	<b>68</b>
3.1 OS COLETIVOS JOVENS E SUA ORGANIZAÇÃO .....	69
3.2 ARTICULAÇÃO EM REDE .....	75
3.3 COLETIVO JOVEM-GO: POLITICIDADE VIA MEIO AMBIENTE .....	79
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>96</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

A devastação sem limites da natureza tem se apresentado como uma visível consequência da maneira como a espécie humana se relaciona com o mundo a partir dos valores que ela mesma cria. O caos socioambiental, ilustrado por desmatamentos, queimadas, poluição, desaparecimento de culturas tradicionais e desperdício ilimitado dos recursos naturais é resultado daquilo que as gerações, ao longo da história, foram reproduzindo como caminho para a consolidação do sistema social vigente.

Por isso, a devastação ambiental não é um ato isolado, mas fruto das relações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas da sociedade. Assim, como todo esse processo é fruto de um conjunto de intervenções e decisões fundamentadas em motivos políticos, econômicos e culturais, a recuperação desse quadro só seria viável também através de uma ação social e política, fundamentada numa perspectiva complexa e integral. Sendo a Educação Ambiental um dos caminhos para a reversão desse quadro, também não poderia ser concebida de maneira desprendida de todas as dimensões contidas na produção deste, em especial no que tange a dimensão política.

A lógica do individualismo, vigente na atual sociedade, reduziu a atitude ecológica a meras posturas pessoais, sem engajamento político e militante. Isso se reflete nas tendências conservadoras da Educação Ambiental, numa percepção restrita da ação humana sobre o meio ambiente. Confunde-se autonomia com individualismo, desprendido do senso coletivo. Surge, por consequência, o desinteresse pelo que é público e pela associação, e tal fator se torna ainda mais presente entre os jovens, através de uma geração que encontra a esfera política institucional em plena crise ética.

O espaço público e as instituições públicas, que em diversos momentos da história se apresentaram como uma possibilidade de afirmação do jovem como sujeito social, agora situam a atual geração, dentro do senso comum, como expectadora em relação aos temas de interesse público. E a questão certamente

não gira em torno da ausência de possibilidades, mas da própria negligência ou da falta de motivação em ocupar os espaços de debate e intervenção política. No entanto, pouco se tem questionado se o atual desinteresse coletivo pelas questões públicas trata-se realmente de um fator vinculado à juventude ou se, na verdade, é um sentimento que perpassa toda a sociedade.

Nesse contexto, determinadas experiências demonstram que o engajamento ecológico, ou seja, o envolvimento com questões ligadas à ecologia e ao meio ambiente, poderia significar uma aproximação dos jovens com a esfera pública, na tomada de consciência do meio ambiente como bem coletivo e legítimo de ser defendido através da participação e da associação. Demonstrar essa possibilidade levaria a uma concepção a respeito do campo ambiental como um campo possível de relações associativas, com ações e debates políticos, estilos de vida e intervenções intelectuais.

Esse processo de envolvimento é o que permitiria a construção do chamado *ser ecológico*, que tem na causa ambiental um ideário de militância, com perspectivas coletivas e individuais. Este seria um ser que sabe pensar e intervir, dotado de *politicidade*.

Problematizar a atitude ecológica dentro de um quadro de engajamento político se justifica em virtude da preocupação ambiental no atual contexto social, como também da visível falta de sociabilidade política, em especial no campo institucional, por parte da maioria da sociedade. Muitas gerações encontraram na esfera política um espaço de afirmação pessoal e coletiva, bem como no embate ideológico, baseado essencialmente na luta de classes e na busca pela garantia dos direitos políticos.

No entanto, o que se percebe hoje é um distanciamento da sociedade civil, e nesse contido a juventude, em relação à esfera pública, motivado pela notável crise moral e ética nas instituições públicas. Alia-se a isto a privatização dos bens sociais e ambientais e dos anseios de participação, negando-se a autonomia e constituindo a chamada *pobreza política* (Demo, 2001).

A presença de uma associação de jovens com fins de participação social e política, mesmo que motivada e estimulada pelo Estado, como é o caso dos Coletivos Jovens do Meio Ambiente, desperta profundo interesse e reflexão quanto ao nível de protagonismo juvenil em nossa sociedade nos dias atuais. Porém, mais do que salientar sua existência, se faz necessária uma avaliação do nível de engajamento ecológico dessa associação, verificando o perfil de atuação desses grupos para avaliar se os mesmos tendem a contribuir para a criação de novos conceitos acerca do próprio perfil da atual geração, atualmente vista como desinteressada e desengajada politicamente, e também para a confirmação do espaço ambiental como um espaço político no imaginário social, e não somente de posturas individuais.

Os Coletivos Jovens do Meio Ambiente, objeto da pesquisa, são fruto de uma política pública do Ministério do Meio Ambiente, oriundos da criação dos Conselhos Jovens de Meio Ambiente (CJs). Estes se originaram a partir de um processo de mobilização que se iniciou na I Conferência Nacional Infância Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), tendo como foco a participação dos jovens nos projetos e propostas do desenvolvimento sustentável no Brasil. Delegou-se aos jovens a organização da Conferência nos diversos estados, objetivando um processo de engajamento e envolvimento destes, de maneira autônoma, nas questões ambientais.

Entre os objetivos desta ação, estavam o desenvolvimento da temática socioambiental junto a grupos e a organizações juvenis; o fortalecimento das temáticas juvenis perante as organizações da área ambiental; a mobilização e o fortalecimento da atuação dos jovens na CNIJMA, elegendo-se como delegados e inserindo suas propostas e temas de interesse nesse debate. Mas devido ao forte caráter consultivo desses conselhos e suas hierarquias, verificou-se a existência de um caráter de representação e dinâmica de funcionamento que não atendia às demandas dos jovens participantes.

Desse modo, os Conselhos Jovens passaram por algumas modificações que culminaram no surgimento dos **Coletivos Jovens de Meio Ambiente**.

Institucionalizados como uma Rede e como uma política pública do MMA, estava assegurado aos jovens, um espaço efetivo de participação em processos e Conferências. O foco dos Coletivos fundamenta-se na construção de uma sociedade sustentável, justa e igual para todos, baseada nas realidades das diversas comunidades e regiões, e no diálogo entre esses Coletivos Jovens.

O envolvimento na construção de políticas públicas e no trabalho de base entre os jovens, busca despertar o protagonismo juvenil e a promoção de mudanças estruturais na sociedade. Atualmente, os Coletivos Jovens se organizam em uma Rede, chamada REJUMA – Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade, e atuam em projetos relacionados com a temática socioambiental.

A partir das experiências alcançadas na organização e na atuação do **Coletivo Jovem de Goiás**, o presente trabalho tem como objetivo geral averiguar os elementos que possibilitam o campo do ecologismo a se constituir como um espaço que tende a propiciar a politicidade (habilidade de saber pensar e intervir, atingindo níveis consideráveis de autonomia e organização), levando em consideração todas as dimensões constituintes desta, e que, por consequência, tenderia a negar a pobreza política entre os jovens.

O trabalho em questão constitui-se, portanto, de um **estudo de caso**. Entre as questões norteadoras da pesquisa, situam-se: qual é a perspectiva educacional do grupo e em que aspectos ela converge para a emancipação e para a formação do pensamento crítico? Como os jovens se percebem nos processos e experiências vivenciados no CJ-GO? Quais são os indícios de que o envolvimento no campo ambiental é o elemento responsável pela formação da politicidade dos jovens envolvidos?

A escolha desse grupo se justifica em virtude de uma análise prévia, a partir dos materiais, informações e projetos divulgados pelos *blogs* dos Coletivos Jovens que constituem a REJUMA. Diante da diversidade de perfis de atuação, era perceptível que o Coletivo Jovem-GO se destacava, assim como outros de São Paulo, do Nordeste e também da região Sul, pela sua dimensão política. Os projetos de atuação divulgados, as temáticas desenvolvidas pelos fóruns, bem como o

caráter de todos os materiais publicados indicavam que se tratava de um grupo com uma perspectiva de atuação política e ambiental fundamentada em uma dimensão claramente crítica.

Diante disso, iniciou-se o contato com os jovens integrantes do grupo, primeiro através de encontros informais, na cidade de Goiânia-GO. Posteriormente, intensificaram-se os contatos virtuais, bem como o constante acompanhamento do *blog* do grupo, de forma a investigar e situar a linha de atuação do coletivo. Em seguida, foram realizados encontros que serviram para a realização de entrevistas abertas semi-estruturadas, com as principais lideranças articuladoras do grupo, o que se constituiu como a principal fonte de dados da pesquisa em questão.

Uma vez que todas as iniciativas, encontros, publicações e materiais estavam disponíveis pela página virtual do Coletivo, servindo como importante base de dados, coube, em seguida, perceber as expressões reais das experiências vividas através do discurso dos agentes. Nesse sentido, a pesquisa se fundamentou de uma metodologia fundamentada em perspectiva que busca confrontar a realidade com as categorias instituídas, úteis como instrumentos de análise, e estabelecer um processo de inteligibilidade da realidade analisada.

Uma vez obtidos, diretamente dos sujeitos participantes do grupo, dados de extrema importância, vinculados à perspectiva subjetiva dos agentes pesquisados, e reunindo todas as fontes de informações disponíveis acerca do grupo em questão, coube ao presente projeto um processo de compreensão e significação. Dessa forma, considerou-se a intencionalidade da ação do Coletivo Jovem-GO a partir das experiências constatadas e de sua qualificação com base nos critérios estabelecidos pelo conceito de *politicidade*. Trata-se, portanto, de um estudo baseado no perfil de atuação do referido grupo, que por sua vez se caracteriza a partir das experiências vividas dentro do Coletivo. Caberá detalhar e qualificar determinadas iniciativas constatadas, bem como os discursos dos sujeitos envolvidos, de forma a verificar os valores norteadores que ali se fazem presentes. Tal aspecto também servirá para distinguir as perspectivas de educação ambiental que se fazem presentes na formação dos sujeitos envolvidos.

De forma a sistematizar a abordagem aqui citada, o presente trabalho foi dividido em três etapas centrais de análise, uma em cada capítulo. No primeiro capítulo, pretende-se detalhar as características da categoria social estudada: a juventude. A relação entre engajamento ecológico e politicidade será analisada dentro de um segmento da juventude brasileira, que são os jovens integrantes do Coletivo Jovem-GO. No Brasil, atualmente, existem 34 milhões de jovens entre 15 a 24 anos (IBASE, POLIS, 2005), divididos nas diversas camadas e setores da sociedade. Os jovens que farão parte do processo são parte da pluralidade que constitui a realidade juvenil, o que possibilita falar de “juventudes” e não apenas de “juventude”.

No contexto atual, tanto o senso comum, quanto determinadas linhas de análise científicas, compreendem a atual geração de jovens dentro de uma perspectiva de crise de participação. A própria “participação dos jovens nos assuntos públicos está entre as preocupações do debate sobre a ampliação dos processos democráticos” (IBASE, POLIS, 2005). A exigência de participação da juventude nos debates políticos emana, de certa forma, em virtude de uma expectativa social e histórica a respeito do papel da juventude, que, em tese, esta seria uma força motora das mudanças sociais.

De fato, em diversos momentos históricos, a sociedade se revitalizou a partir do envolvimento dos jovens nas questões públicas, e isso fez com que a própria sociedade creditasse aos jovens a função de mudança e transformação da sociedade. Considera-se que, hoje, o campo ecológico é uma via para que isso ocorra, bem como aponta Carvalho (2004):

São diversos os caminhos pelos quais os jovens podem se aproximar dos valores ecológicos, identificando-se em diferentes níveis com os ideais do sujeito ecológico, uma vez que não se trata de uma identidade totalizante. Esta aproximação dos ideais ecológicos pode assumir, de modo não excludente, as formas da adesão a uma luta, a uma ação, a um modo de vida e a um interesse intelectual. Desta forma, nomear-se ecologista ou, ao menos, ecologicamente sensibilizado/simpatizante, pode ganhar os sentidos de adesão a um ideário de ação militante; pode ser uma opção de engajamento grupal pontual e distintiva; ou ainda signo descritor de um interesse ambiental que pode combinar em diferentes gradações a sensibilidade política com a escolha da formação profissional/intelectual. (p. 6)

A considerada crise de participação social representa um “fenômeno social ampliado que atinge todas as faixas etárias da população” (Bokany&Ventura, 2005), sendo, portanto, um aspecto que não é peculiar à juventude atual. Porém, o enfraquecimento de participação nos espaços públicos formais não significa que inexistam outras maneiras de inserção dos indivíduos no debate em torno das questões públicas.

Cada vez mais, nota-se a existência de novas maneiras e espaços de participação, na “constituição de espaços públicos *juvenilizados* em torno de diferentes sociais” (IBASE, PÓLIS, 2005). De certa maneira, tais formas de participação indicam que o modelo tradicional paira sobre certa crise, o que leva a uma nova compreensão da socialização política dos indivíduos, e que está de certa forma, condicionada a um contexto maior, imbuídos de novos valores sociais.

A compreensão da juventude, feita na primeira etapa do trabalho contempla, ainda, a compreensão dos aspectos que caracterizam o chamado contexto da modernidade. Esta será representada a partir das referências de Bauman e Giddens, dois importantes estudiosos desse contexto, no qual o segundo aponta que “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas” (Giddens, p. 45, 1991). Trata-se, como propõe o autor, de uma “reflexão estética” da modernidade. Já Bauman, em sua análise sobre a modernidade, aponta para a liquidez desta, e indica que o indivíduo de jure não pode se tornar indivíduo de fato sem antes tornar-se cidadão. Não há indivíduos autônomos sem uma sociedade autônoma, e a autonomia da sociedade requer uma auto-constituição deliberada e perpétua, algo que só pode ser uma realização compartilhada de seus membros” (Bauman, 2001, p. 50).

Essa reflexão aplicada à realidade juvenil contribui para a interpretação do comportamento da atual geração frente às questões econômicas, políticas, culturais e ambientais da modernidade.

Uma característica vital da atual geração de jovens é a sua familiaridade e proximidade dos ambientes virtuais. A importância que a internet, as comunidades virtuais e as redes tomaram dentro do espaço juvenil é inegável. As novas tecnologias têm qualidades descentralizadoras e flexíveis (Castells, 2003), o que vai de encontro aos princípios da ordem moderna das relações sociais. No campo virtual, o que vale não é o argumento da autoridade, mas sim a autoridade do argumento. Qualquer um pode ser autor, qualquer assunto pode ser discutido e não há barreiras para a criação.

As conquistas tecnológicas modificam a comunicação, a socialização, a “visão do tamanho do mundo” entre gerações. “Ser jovem” em um “mundo conectado” é viver uma experiência historicamente inédita. Qualquer análise sobre a condição juvenil atual deve levar em conta as imagens da juventude disseminadas pela mídia. A televisão que tudo transmite em tempo real e a Internet, com seus mais variados usos, veiculam imagens polares dos jovens de hoje. Por um lado, apresentam padrões de beleza e de consumo que muito poucos podem atingir. Reafirmam a juventude como uma “fatia de mercado” na sociedade de consumo. Por outro lado, os jovens – sobretudo os moradores de áreas pobres e violentas – são sempre apresentados pelos meios de comunicação “em situação de risco”, como suspeitos ou criminosos em potencial. (Brasil, 2006, p.8)

Todos esses aspectos caíram nas graças da atual geração de jovens, que encontra na grande rede não só possibilidades de uma nova relação identitária, como também de novas formas de articulação e organização, como no caso do campo ambiental. Leff (2002) indica que o próprio discurso ambientalista se apropriou das novas tecnologias, nas quais a internet serve como uma estrutura dialógica, transparente e interativa e que pode ser útil enquanto instrumento de organização social.

O segundo capítulo procura detalhar no que consiste a dimensão da politicidade no contexto dos Coletivos Jovens. A formação da *politicidade* também está diretamente vinculada ao processo político e pedagógico que tende a se desenvolver no campo ambiental através da relação entre os atores sociais envolvidos no jogo de poder que, dentro do campo político, acabam por interagir dentro de suas representações sociais e visões de mundo (Ruscheinsky, 2004). O envolvimento e a tomada de consciência do indivíduo frente a esse cenário, promovidos através de um processo de educação ambiental, tendem a contribuir

para a promoção de certo nível de crítica e autocrítica, estabelecendo a qualidade política, esta oposta e negadora da *pobreza política*.

O conceito de politicidade está diretamente vinculado à educação, tendo em vista que se trata de uma habilidade constituída pedagogicamente por meio de processos de interação social. Trata-se, no entanto, de uma interação que se realiza mais “a partir de dentro do que a partir de fora” (Demo, 2002, p. 18). Trata-se de provocar no indivíduo a capacidade de condução da própria história, na medida em que este desperta para o significado de pertencimento aos processos sociais que acontecem a sua volta. Constitui-se, aí, uma possibilidade do ser humano de se autocompreender como sujeito que organiza, cria e “fabrica oportunidades”, sem se limitar a ser mero objeto passível de condução.

O “combustível” para o despertar dessa autonomia é a habilidade de aprendizado e conhecimento, dentro de uma dimensão disruptiva da realidade, no posicionamento de “confronto perante limites da realidade externa e interna” (Demo, 2002, p.23). Isso indica um sujeito que conhece e não aceita os limites daquilo que é posto diante de si, que nega com a positividade dos fatos e busca intervir diante do cenário que encontra.

Se por um lado a chamada *pobreza política* (Demo, 2002) indica o que considera o chamado “déficit de cidadania”, por outro, a construção da politicidade levaria à formação do sujeito cidadão, que em sua forma de agir na sociedade, apresenta algumas capacidades significativas.

Primeiramente, este é um sujeito que apresenta, por meio da educação e da informação, uma capacidade de interpretar criticamente os fatos a sua volta, reconhecendo posicionamentos e ideologias nas intervenções dos agentes sociais. Isso poderá ser verificado nas próprias experiências ocorridas dentro dos coletivos, através do significado atribuído pelos sujeitos àquilo que eles mesmos realizam. Em seguida, o cidadão, sujeito político, deve ser capaz de se organizar coletivamente, via associativismo, com objetivos de inserção nas questões fundamentais de sua vida social. Por meio do agrupamento político, torna-se capaz de se inserir no

debate, seja ele institucional ou não, referente às temáticas sociopolíticas. A verificação desse aspecto ocorrerá pela compreensão do modo de organização dos coletivos e sua interação com a rede. Cabe questionar, aqui, como ocorrem os processos decisórios, o nível de autonomia e democracia dentro dos grupos e a forma como deliberam suas ações.

Outro aspecto da politicidade refere-se à capacidade de qualificação do mercado e do Estado, na compreensão e julgamento sobre o direcionamento desses agentes para o bem comum. Será possível verificar esse aspecto na observação do diálogo que os grupos estabelecem com o poder público, seja na participação efetiva em processos decisórios, seja na reivindicação e controle democrático que venham a realizar. Já em relação ao mercado, ocorre o mesmo. Não se trata apenas de verificar as opções de consumo, mas também a possibilidade de avaliar a responsabilidade socioambiental das empresas.

Por fim, uma dimensão se faz estratégica na constituição da politicidade, na formação do sujeito cidadão. Trata-se da capacidade de elaboração e autoria. Indica-se aí a exteriorização de toda capacidade crítica e da autonomia que o sujeito adquire ao longo do processo de formação da cidadania. A autoria rompe com a instrução e com a repetição. Dá espaço para a capacidade criativa do sujeito, abrindo espaços para que este possa questionar e romper com as verdades estabelecidas.

A autoria pode se dar em diversos níveis, circunstâncias e situações, e indica um forte elemento da habilidade do saber pensar. Analisar esse aspecto leva à observação e à constatação das produções realizadas pelos grupos, seja de caráter formal, através de publicações, materiais e artigos, como também de caráter lúdico, como projetos de formação, oficinas e ações concretas.

Direcionando a construção da *politicidade* para o campo ambiental, percebe-se que seu processo está diretamente vinculado ao tipo de proposta que se coloca em prática em relação à Educação Ambiental. Julga-se que a pobreza política no campo ambiental está diretamente relacionada a uma educação ambiental

convencional, centrada no indivíduo, tal como afirma Loureiro (2005), na busca de uma harmonia que “pressupõe a existência de finalidades previamente, e estabelecidas na natureza e de relações ideais que fundamentam a pedagogia do consenso”.

Negar a pobreza política no campo socioambiental implica em negar a proposta conservadora da Educação Ambiental, e em buscar por um processo emancipatório. E esse processo requer a ênfase num processo educativo constante e cotidiano (Loureiro, 2004), dando ênfase às questões que problematizam a vida concreta dos indivíduos. Baseia-se na proposta de alternativas que evidenciem o “lugar” que o sujeito ocupa na sociedade, buscando intervir sobre suas possibilidades de participação, e assim, desenvolvendo uma realidade mais justa e sustentável.

Por fim, no terceiro capítulo, o trabalho apresenta a caracterização do grupo estudado em um contexto geral, a partir de seu histórico, seu desenvolvimento e seus objetivos. Trata-se de conhecer e descrever seus focos de interesse, seus objetivos a curto, médio e longo prazo, seu modo de organização e atuação. Através dos relatos dos jovens participantes do Coletivo Jovem-GO, também se tornou possível a descrição do perfil dos sujeitos envolvidos no processo, buscando evidenciar os principais fatores que permitem e os motivam a participar da rede. Trata-se de uma análise de aspectos objetivos e subjetivos, obtidos a partir do discurso dos agentes e de experiências relatadas através dos canais de comunicação.

Uma vez estabelecida a caracterização do Coletivo, encera-se a discussão procurando demonstrar em que aspectos sua atuação está inserida dentro do que se considera como engajamento ecológico. Esse engajamento é realizado pelo chamado *Sujeito ecológico* (Carvalho, 2002). Trata-se de uma categoria conceitual que demarca aqueles aspectos do sujeito que são orientados por valores ecológicos. O sujeito ecológico é incorporado pelos indivíduos ou pessoas que adotam uma orientação ecológica em suas vidas e que se move e atua organizadamente no denominado *campo do ecologismo* (Herculano, 2006). A análise do perfil de atuação do Coletivo Jovem-GO tende a levar ao estabelecimento de uma relação entre o

envolvimento com questão ambiental e as oportunidades para o desenvolvimento de uma condição da *politicidade*.

Figura 1



Layout do Blog do Coletivo Jovem-GO - <http://coletivojovemgoias.blogspot.com/>

Dessa forma, estabelecendo parâmetros conceituais a respeito da categoria juvenil, das características da sociedade moderna, da relação dos jovens com as novas tecnologias, seguido pela definição do conceito de *politicidade*, o trabalho culminará na explicitação do perfil do grupo estudado. O objetivo será estabelecer parâmetros de interpretação deste com base nos conceitos e situações apresentados. E isso se dará essencialmente na significação dos dados advindos do estudo de caso em questão, tomando como referência os aspectos desenvolvidos na base conceitual do trabalho.

Deseja-se que esta seja mais uma importante contribuição no significativo leque de zona de compreensão que vem se desenvolvendo no campo da Educação Ambiental, em especial no seu diálogo com as Ciências Sociais. Afinal, a juventude é um instigante objeto sociológico e sua relação com a dimensão socioambiental tem inaugurado novas e instigantes possibilidades a respeito de sua imagem perante outros campos de conhecimento e a própria sociedade.

## 1. A JUVENTUDE NO CONTEXTO DA MODERNIDADE

Compreender a juventude é uma tarefa complexa e contínua. Afinal, trata-se de uma categoria social que apresenta uma diversidade ímpar e que está constantemente ressignificando seu papel na sociedade. Para Pierre Bourdieu (1983), juventude é apenas uma palavra que serve para representar uma fronteira que, em todas as sociedades, representa o jogo de poder. Algo muito mais vinculado a um estado dentro da dinâmica de funções sociais do que um corpo possuidor de uma identidade social específica. No entanto, percebe-se a existência de uma corrente provedora de um entendimento da juventude fundamentado na dinâmica dialética possivelmente existente entre essa categoria e a própria sociedade.

As contribuições para o entendimento da juventude têm se expandido no meio acadêmico, e as justificativas para isso são inúmeras. Para alguns, chama a atenção a mudança de perfil desse grupo no cenário de participação política e social. Outros responsabilizam a juventude pela criação de novos modelos e padrões de comportamento e promotora de uma ressignificação simbólica, e, assim, procuram e desejam entender esse fenômeno. Há também os que tratam da compreensão geracional dessa categoria, evidenciando diferenças que os jovens apresentam ao longo da história em relação a diversos temas.

Tendo em vista uma das marcas dos tempos atuais, a diversidade, é importante que se considerem também múltiplas concepções a respeito da juventude. Concepções tanto de autores clássicos, bem como daqueles que são expectadores do atual movimento da juventude, afinal, interessa-nos esse jovem que está aí: o jovem da modernidade. O jovem que não é apenas um, mas vários ao mesmo tempo. O jovem que não pode ser enquadrado como uma única categoria social, mas aquele que se pluraliza diante da imensidão de oportunidades que o contexto da modernidade põe à sua frente. O jovem que se inclui, mas que ao mesmo tempo é passivo de exclusão. O jovem que se conecta ao mundo na velocidade das mudanças tecnológicas e faz disso um estilo de vida. Um jovem que segundo Benjamin (1984), “é também um jovem que não pode ser compreendido a partir de sua essência absoluta, mas deve ser explicado em sua formação social a partir do contexto histórico”. Trata-se de um grupo que elabora sua autoimagem

(VIANA, 2004), dentro de um processo estreitamente vinculado às demandas e às oportunidades específicas do meio e do período em que vive.

O presente exercício de “falar” da juventude tem como palco o contexto da modernidade, entendido como processo histórico situado entre o fim do século XIX e a década de 1950, mas que criou suas raízes, germinou e produziu frutos para alimentar o contexto daquilo que já se considera “Pós-modernidade”. No entanto, aqui não se diferenciara uma da outra enquanto contexto de características sociais. Até mesmo porque determinados autores, que aqui colaborarão para a formulação dos argumentos, não estabelecem discussões acerca das diferenças entre Modernidade e Pós-Modernidade.

Para alguns deles, a Modernidade ainda se faz presente, ditando suas marcas sobre o modo de ser da sociedade contemporânea. Sendo assim, partiremos do pressuposto de que essa juventude que aí está, é filha da modernidade. Isso porque está constantemente sendo ressocializada, em consequência da principal marca de nosso tempo: a liquidez. Tal característica foi atribuída por Bauman ao contexto da sociedade moderna, e será aqui discutida com foco na juventude.

Dessa forma, o que se pretende nesse capítulo é construir uma base conceitual e interpretativa a respeito dos agentes protagonistas do fenômeno pesquisado. Posteriormente, na apresentação do perfil dos jovens envolvidos no campo de pesquisa, será possível estabelecer vínculos entre discurso, atuação e abordagens apresentadas. O que não se pode perder de vista é que tanto a juventude como categoria, quanto o grupo aqui pesquisado, não podem ser enquadrados em uma perspectiva limitadora e absoluta. Isso não condiz com a proposta metodológica, na medida em que não favorece a dimensão reflexiva.

Pretende-se criar uma base que confronta a realidade encontrada nos jovens pesquisados com as categorias e os instrumentos de análise e, a partir daí, estabelecer uma leitura interpretativa da realidade pesquisada. Perceber a teoria como algo que está a serviço da pesquisa e não ao contrário, é justamente aquilo

que abre espaços e possibilidades para a dimensão subjetiva dos agentes, e que aqui se põe como meta.

A análise da juventude que se pretende estabelecer terá três focos. O primeiro consiste no levantamento de algumas abordagens sociológicas a respeito da juventude enquanto categoria social, com base na discussão de autores clássicos e contemporâneos, com perspectivas globais e nacionais a respeito dos jovens. Assim, apresentar-se-ão tendências que emergem numa perspectiva ao mesmo tempo macro-sociológica e na consideração de experiências localizadas no âmbito da vida cotidiana. Nesse sentido, o esforço se dará em apresentar a denominada “diversidade juvenil”. Pretende-se aí contemplar a concepção de que existem “juventudes” e não juventude. Com base em tipologias, na variedade de manifestações e comportamentos que os jovens realizam nos diversos âmbitos sociais, nas novas formas de comportamento expressadas objetiva e subjetivamente, o que se pretende é evidenciar também novas formas de inclusão e exclusão presentes entre a juventude brasileira. Tal concepção se fundamenta em uma perspectiva ampla, tal como afirmam Esteves e Abramovai (2007):

A realidade social demonstra, no entanto, que não existe somente um tipo de juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto heterogêneo, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Nesse sentido, a juventude, por definição, é uma construção social, ou seja, a produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo etc.. (p.21)

A partir desse modelo de abordagem, podem ser estabelecidas pontes de interpretação mais diretas com o grupo pesquisado, tendo em vista que ficarão mais evidentes determinados traços sociais e culturais do contexto em que estão inseridos. Pela apresentação de determinados indicadores sociais, advindos de dados secundários, é possível traçar um perfil da juventude brasileira tendo como foco determinados elementos que aqui serão relevantes, entre eles: educação, nível de associação, inclusão digital, acesso a bens culturais e sociais, condições de moradia e condição econômica.

Uma vez construído um parâmetro de compreensão da juventude, será possível posteriormente criar zonas mais amplas de entendimento acerca do fenômeno estudado. Será possível, assim, dizer com mais propriedade quem são os agentes tidos como objeto do estudo aqui referido. A conclusão do perfil da juventude se dará através da significação do atual contexto histórico-social, o qual denominaremos de modernidade.

Caberá, aqui, delinear os principais aspectos sociais e culturais que marcam os tempos atuais. Serão apresentadas algumas análises a respeito do que se considera Modernidade, em especial as contribuições do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. Sua perspectiva converge para a adjetivação do nosso tempo, que segundo ele, é marcado pelo estado de “liquidez” (Bauman, 2001). Na modernidade, tudo que é sólido se desfaz. As esferas da vida social se tornam efêmeras, fluidas, momentâneas, ou seja, “líquidas”. De maneira congruente, porém com algumas particularidades, serão destacadas também as compreensões de Anthony Giddens, indicando para a reflexividade da modernidade.

Por fim, essa etapa da discussão se encerrará com uma análise acerca da relação dos jovens com os novos recursos tecnológicos, em especial com aqueles vinculados à rede mundial. A relação com o mundo virtual é um traço essencial da atual geração. Serão demonstrados diversos aspectos que comprovam essa estreita relação entre juventude e tecnologia no mundo atual, uma vez que a própria tecnologia é traço constituinte que alimenta o estado de liquidez da sociedade.

### **1.1 Juventude e Juventudes**

Entre aqueles que se dedicaram à compreensão da juventude enquanto fenômeno social, Mannheim (1961) se destaca com uma interessante colocação. Para ele, os jovens constituem o grupo social que mais vivencia a sociabilidade, pois são sujeitos imersos na mudança social e, conseqüentemente, não estão totalmente inseridos em uma ordem social rígida e definitiva. Já que se trata de uma categoria tão mutável, imersa em uma dinâmica constante, é possível que ainda se pergunte sobre o porquê de se estudar a juventude. Há aqueles que dizem que o conhecimento da juventude poderia ampliar o diálogo com um grupo marcado por

conflitos das mais diferentes espécies; para que as ações direcionadas aos jovens sejam mais eficazes; para se compreender de forma mais sustentável o contexto social da atualidade; por intenções passionais e amor à causa da juventude; ou quem sabe para se derrubar perspectivas limitadas acerca daquilo que o senso comum acredita ser o jovem.

Seja qual for a motivação de um estudo sobre juventude, o que se apresenta como inegável é a relevância que essa categoria social adquiriu para o meio acadêmico. De fato, apesar de alguns autores clássicos e modernos citarem os jovens em suas análises, há de se concordar que um campo específico da juventude pode ser considerado uma novidade. Isso porque a juventude talvez ainda não tenha se consolidado como uma alternativa de estudo na perspectiva institucional da ciência. O que tem justificado os estudos sobre juventude, seja na academia, nos movimentos sociais ou até no próprio Estado, são justamente os programas sociais e as políticas públicas. Sendo assim, caberá, nessa etapa da discussão, levantar algumas tendências e contribuições de análise já constituídas e legitimadas por tais espaços. Admite-se que todas elas são válidas para se compreender a juventude. Mesmo ainda não havendo um campo institucionalizado nos estudos de juventude, é perceptível a existência de interpretações bem fundamentadas e que se baseiam em campos de pesquisa com um grande leque de manifestações passíveis de registro e interpretação.

Segundo Abramo (2005),

Juventude é desses temas que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas; é assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer, normalmente reclamações indignadas ou esperanças entusiasmadas. Afinal, todos nós somos ou fomos jovens (há mais ou menos tempo), convivemos com jovens em relações mais ou menos próximas, e nas últimas décadas eles têm sido tema de alta exposição nos diferentes tipos de mídia que atravessam nosso cotidiano. (p.37).

Nota-se que ainda há, entre a sociologia e a psicologia, uma discussão a respeito das fronteiras que marcam a juventude ou a adolescência. Os aspectos biológicos podem ser considerados importantes divisores. No entanto, não dão conta de definir parâmetros no que diz respeito ao comportamento e à socialização. Trata-

se assim de um período com profundas e marcantes transformações tanto no campo sociocultural quanto biossocial. Segundo documento da UNESCO (2004),

A juventude refere-se ao período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e durante o qual se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e gênero (p.23)

O que se percebe é que determinadas percepções sobre juventude, tanto nas ciências naturais, quanto nas ciências sociais, carregam elementos de caráter ideológico. Visando a estabelecer tarefas específicas a jovens e velhos, algumas instituições sociais se preocuparam em estabelecer e justificar o período da adolescência. O próprio desenvolvimento do capitalismo serviu para ressocializar e construir novas perspectivas acerca dessa etapa da vida, com foco na preparação para o trabalho e para o consumo.

Dessa forma, entende-se que a juventude, enquanto categoria social, é um fenômeno da modernidade (AVANZINI apud VIANNA, 2004). Segundo Ana Paula Corti e Raquel Souza (2004), a moderna concepção dos jovens tem uma relação direta com os interesses da burguesia que, através da escolarização e do serviço militar, construiria um corpo de pessoas aptas a contribuir para o sistema, sem considerar as parcelas de jovens que não estão inseridos nesse processo e por isso são excluídos. Outro estudioso dos jovens, Nildo Viana (2008), afirma que a juventude, enquanto grupo, vive num contínuo processo de ressocialização, e, assim, não passa por essa etapa de maneira passiva. Os jovens tendem sempre a oferecer resistência aos valores que as instituições sociais tentam lhes impor. Sendo assim, percebe-se que as próprias demandas da sociedade capitalista acabaram por gerar um novo papel e significado aos jovens, sem desconsiderar que o termo juventude é anterior a esse contexto, porém apresentando um significado totalmente distinto do atual.

Durante certo e significativo tempo, a compreensão da juventude ficou distante das intenções e iniciativas vinculadas ao campo da cidadania. Demorou-se para que a concepção da juventude estivesse ampliada para além das camadas médias e dos grupos juvenis de riscos. No caso brasileiro, o Estatuto da Criança e

do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, promulgada em 1990, foi um importante divisor de águas na maneira de conceber e interpretar a juventude. A partir daí, os jovens passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e o tema da juventude passou a ganhar maior espaço no cenário público brasileiro.

Alguns estudiosos recentes da contemporaneidade, como Sposito (2003), Abad (2002) e Abramo (2005), apontam para a importância de se reconhecer elementos que tocam tanto os aspectos materiais quanto os aspectos subjetivos e simbólicos da realidade juvenil, salientando a diversidade que marca de forma profunda essa categoria social. E é considerando justamente o valor da simbologia juvenil, nas expressões latentes e manifestas, no conteúdo do discurso e da ação que o olhar sobre o grupo aqui estudado buscará se fundamentar. Sendo assim, considerando tais perspectivas de abordagem, é que se pretende construir as demais temáticas que se seguem na presente análise. Sem desconsiderar a juventude dentro de uma abordagem complexa e múltipla.

É inegável que a realidade social se apresenta extremamente dinâmica nos dias atuais. O ritmo das mudanças e a sequência dos fatos são cada vez mais acelerados. Nesse contexto, muito se tem perguntado sobre os espaços que são destinados e ocupados pelos jovens. Diante desse cenário tão complexo, surge a necessidade de se interpretar a juventude a partir de um olhar amplo, apurado sobre um universo social tão diversificado. Em cada âmbito, em cada espaço, podemos encontrar processos sociais interessantes e ricos em complexidade, habitados por jovens que protagonizam criações e, de uma maneira ímpar, atribuem novos significados à realidade social. Com isso, criam também novas identidades e fortalecem aquelas as quais já assumiram.

É exatamente por isso que, mais do que nunca, falamos em “juventudes”, e não apenas juventude. Se existe um grupo na sociedade que valoriza e vivencia profundamente a diversidade, esse grupo de fato é a juventude. E talvez por isso, estudar a juventude seja algo ao mesmo tempo tão instigante e tão difícil. Afinal, se trata de um objeto que apresenta uma imprevisibilidade e dinâmica única. Portanto, nessa etapa, serão apontados alguns elementos que comprovam essa pluralidade

juvenil. Demonstrar como os jovens são diversos na variedade de espaços sociais que ocupam. Seja pelo lazer, pela educação, pela religião, pelo modo de ação e participação política, na relação com a tecnologia, no trabalho, ou na sexualidade. Em todos esses aspectos os jovens demonstram sua capacidade de criar diversidade.

Esse aspecto foi o tema de uma coletânea de estudos publicada pela UNESCO (2007), na qual diversos autores discutiram a juventude com foco na diversidade. Serão apresentados aqui alguns dados e perspectivas de análises presentes nesse trabalho. Autores esforçados em compreender a juventude ofereceram ricas e importantes contribuições sobre os mais diversos aspectos sociais que compõem também a realidade juvenil. Assim foi possível notar que as diferenças dos jovens se dão tanto no campo das opções, quanto no das oportunidades sociais. Caberá, aqui, ressaltarem-se aspectos que tocam nas duas dimensões.

Iniciemos pela questão educacional. De fato, o acesso à educação é um fator preponderante na diferenciação dos jovens, especialmente no Brasil. A educação é um elemento essencial para determinar uma série de outros condicionantes da vida e da posição social dos jovens na sociedade, em especial na esfera socioeconômica. Sendo assim, tende a explicitar inúmeros fatores que podem se refletir em desigualdades. Andrade e Neto (2007) apontam para o fato de que a universalização do Ensino não proporcionou diretamente o fim das desigualdades no campo educacional. Foram agregadas novas maneiras de exclusão, através de processos subsequentes como a evasão ou o fracasso escolar. Ao citar Dubet (2001), Andrade e Neto (2007), apontam que o referido autor:

(...) chama a atenção para o fato de o jovem pobre percorrer uma série de provas individuais para permanecer no sistema escolar. Para ele, essas provas são sempre um “jogo de cartas marcadas”. A reivindicação de reconhecimento na escola é um espaço das identidades para que se possa sobreviver nesse jogo. O reconhecimento de identidades é o único modo de conciliação possível frente às desigualdades, principalmente se pensarmos que a interação que surge nas escolas também acumula capital social, já que ali se constroem relações sociais, redes de amigos e contatos (p. 58)

No que diz respeito ao acesso e ao tempo de estudo, os dados que seguem abaixo demonstram a grande quantidade de jovens que ainda estão excluídos das etapas mais avançadas do ensino, o que leva a crer que, apesar de existir a oferta na educação, certamente existem fatores que dificultam o acesso dos jovens ao ensino.

Tabela 1

**Situação educacional dos jovens em 2006**

(Em %)

	Faixa etária		
	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Analfabetos*	1,6	2,8	4,7
Freqüentam a escola	82,1	31,7	13,0
– Ensino fundamental (regular ou supletivo)	33,9	4,9	2,0
– Ensino médio (regular, supletivo ou pré-vestibular)	47,7	13,8	3,3
– Ensino superior (inclusive mestrado ou doutorado)	0,4	12,7	7,3
– Alfabetização de jovens e adultos	0,1	0,3	0,4
Não freqüentam a escola	17,9	68,3	87,0
– Ensino fundamental incompleto	11,9	19,9	28,3
– Ensino fundamental completo	2,0	6,2	7,3
– Ensino médio incompleto	1,4	6,8	5,8
– Ensino médio completo	1,1	28,9	30,2
– Ensino superior incompleto	0,0	0,9	1,7
– Ensino superior completo (inclusive mestrado ou doutorado)	0,0	1,9	8,6
– Nunca freqüentaram a escola	1,5	3,7	5,1
<b>População jovem (valor absoluto)</b>	<b>10.424.755</b>	<b>24.285.150</b>	<b>15.821.341</b>

Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: Disoc/Ipea.

Nota:\* Há analfabetos entre os que freqüentam e os que não freqüentam a escola.

A situação apresentada acima demonstra que a juventude é diversa não apenas em suas opções ou modelos identitários, mas também se pluraliza no acesso aos bens sociais e culturais, a exemplo e reflexo da própria sociedade brasileira. Embora a maioria dos que não frequentam mais a escola já tenham concluído o Ensino Médio, é preocupante a quantidade de jovens analfabetos e que não concluíram o Ensino Fundamental. Tal fato é causa de inúmeras situações de exclusão que acabam por derivar da falta de educação. Aspectos como drogas, violência e desemprego podem estar diretamente associados a tal fator, o que não permite deslocar a juventude de uma situação de marginalização social para ser posta como alvo de estigmas e criminalização. Conforme Abramo (1997),

(...) a juventude é pensada como um processo de desenvolvimento social pessoal de capacidades e ajustes aos papéis adultos, são as falhas nesse desenvolvimento e ajuste que se constituem em temas de preocupação social. É nesse sentido que a juventude só está presente para o pensamento e para a ação social como “problema”: como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social; e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social (p.29).

O que chama a atenção é a diferenciação do entendimento dessa perspectiva, considerando a “problemática” da juventude a partir das diferenciações relativas à condição socioeconômica entre os jovens do conjunto da população. A baixa mobilidade social é um desses fatores que automaticamente quebram a homogeneidade dos segmentos juvenis. Filhos de pais pobres tendem a um ingresso mais precoce no mercado de trabalho e, por consequência, sentem dificuldades de obter os requisitos para obter as vagas com maior remuneração, em virtude de maior exigência acadêmica. Sendo assim, não se pode negar que esse quadro de desigualdade juvenil, com foco na educação e no trabalho gera uma situação de marginalização que acarreta automaticamente na formação de concepções negativas acerca dos jovens.

No entanto, o atual cenário caracterizado acima não pode ser entendido sem uma causa. O que há de se considerar adiante são as condições sociais que proporcionam tamanha diversidade no âmbito identitário e social dos indivíduos, em especial dos jovens. Trata-se do entendimento do contexto, entendido como Modernidade.

## **1.2 O Contexto da Modernidade**

Grande parte dos conceitos presentes nos estudos das Ciências Sociais exibe diversas abordagens, a partir de diferentes correntes de interpretação. E com o conceito de Modernidade não é diferente. O que se considera como moderno pode estar vinculado a uma perspectiva ao mesmo tempo histórica, social, econômica, política e cultural. Algumas correntes de pensamento consideram a modernidade como um período já em fase de desconstrução, em passos do que se considera

como “pós-modernidade”. Já outras afirmam que a modernidade e seus reflexos são a principal marca dos dias atuais.

Dentro da presente discussão há de levar em consideração a segunda perspectiva. Há de se considerar que a modernidade está viva, com efeitos latentes nas diversas dimensões da vida social, uma vez que é fruto da conjunção de elementos infra e superestruturais. Aqui, se levará em conta os aspectos da modernidade nos fatores da vida material e da organização política, mas principalmente nos efeitos subjetivos da modernidade. Naquilo que, segundo Bauman (2001), é a sua principal marca: a liquidez. Na perspectiva de compreensão dos aspectos subjetivos da modernidade, especialmente no que toca ao modelo das relações sociais, também serão consideradas as contribuições de outros dois importantes pensadores: Anthony Giddens e Karl Manhheim, aproveitando do último a inclusão da juventude nesse contexto.

Compreendemos historicamente a Modernidade como o período marcado pelas transformações contundentes na sociedade ocidental a partir das chamadas revoluções burguesas, a partir do século XVII. Mudanças estruturais no modelo de Estado, na corrente de pensamento dominante e no modo de produção, possibilitaram uma sociedade nova e com forte potencial transformador. Novos fenômenos, nunca antes contemplados na história da humanidade, passam a configurar na ordem social.

O ser humano se obriga a lidar com uma obra-prima de sua própria autoria, mas sob a qual não tinha domínio nem total conhecimento. Alzoz de sua própria sociedade, o indivíduo da modernidade se vê diante de novas formas de desigualdade social, instrumentos tecnológicos que são substituídos a uma velocidade sem precedentes, novas formas de organização do poder, entre outras novidades, tudo isso em meio à reformulação dos valores tradicionais e sólidos que regeram boa parte da história da sociedade ocidental.

A quebra da tradição e de uma ordem social herdada por um longo período na sociedade ocidental é uma marca fundamental do chamado contexto moderno. Tal como afirma Giddens (1991),

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, elas vieram alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. (p.14)

Um aspecto central das referidas mudanças é a velocidade na qual elas ocorrem. Isso não está diretamente associado ao nível de sua dinâmica, mas sim à fluidez dos fatos e situações. Considerando a abordagem marxista, esse ritmo pode ser deduzido a partir dos elementos da infraestrutura, condicionada a uma necessidade de produção e consumo que visava a atender aos anseios da nova sociedade capitalista. Cabendo à burguesia, classe dominante, elaborar estratégias para a consolidação do novo modo de produção, percebe-se que a mesma conseguiu transportar, mesmo que indiretamente, tal dinâmica para outras esferas da vida social, atingindo especialmente as instituições.

A modernidade rompeu substancialmente com os modelos tradicionais de organização, pensamento e produção, tal como afirmava Marx, indicando que “tudo que é sólido se desmancha”. Os princípios de liberdade e autonomia ganharam força, levando indivíduos de diversas realidades a se desprenderem de suas matrizes coletivas, passando, segundo Rouanet (1993), por processos de crescente individualização, promoção de autonomia intelectual e uso crescente da razão em detrimento da superstição e das tradições. A racionalidade moderna promove o desencantamento, a crítica à religião, à tradição e aos valores de gerações anteriores.

Nessa direção, Bauman (2001) caracteriza a modernidade pela sua dissolução de forças e estruturas que dão novos significados aos antigos sólidos em novos formatos, num formato moderno. As referências dos modelos sociais se tornam liquefeitos. E nisso, se enquadram diversos elementos, como a própria

situação de classe, o Estado, os princípios de cidadania e, principalmente, as forças orientadoras do mercado. Tudo passa a adquirir certa racionalidade e instrumentalidade. Tal como afirma o autor,

O “derretimento dos sólidos”, traço permanente da modernidade, adquiriu, portanto, um novo sentido, e, mais que tudo, foi redirecionado a um novo alvo, e um dos principais efeitos desse redirecionamento foi a dissolução das forças que poderiam ter mantido a questão da ordem e do sistema na agenda política. Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas – os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro. (BAUMAN, 2001, p. 12)

Por isso a modernidade é líquida. E nela já não existem mais modelos e padrões, referências que possibilitam a inserção dos indivíduos em qualquer situação identitária, seja de classe, cultura ou cidadania. Bauman (2001) aponta para um relativismo marcante, no qual os indivíduos não se fixam em lugares determinados, vivendo em meio a uma realidade em que são livres para se inserir dentro de uma alta seletividade social. Essa liquidez toma conta do tempo e do espaço, em um cosmopolitismo voltado essencialmente para o mercado. Não interessa mais à elite a governança via território, pois sua característica é justamente a não territorialidade, e promove cada vez mais a mobilidade espacial.

E a juventude, como se situa nesse quadro de liquidez? Talvez os jovens sejam a representação mais notável dos elementos abordados por Bauman em sua análise acerca da modernidade, em especial pelo trato com que dialogam com os chamados elementos modernos, em especial no campo da estética e da tecnologia, tal como será abordado mais adiante. Uma compreensão mais fundamentada da juventude no contexto da modernidade foi desenvolvida por Karl Mannheim, importante sociólogo alemão, que se dedicou em especial ao estudo de gerações.

Mannheim (1961) aponta para a função sociológica da juventude na sociedade moderna. Historicamente, o prestígio social sempre esteve associado aos mais velhos. A infância, a adolescência e a juventude sempre foram notadas como forças de “reserva latente”, numa ação revitalizadora da sociedade, que sempre estava por vir. Durante muito tempo, a vitalidade da juventude foi negligenciada,

visto que não havia um desejo de se romper com as tradições da sociedade. Porém, agora, em um contexto marcado justamente pela quebra dessa solidez tradicional, a juventude acaba por ressignificar seu papel, uma vez que não está mais presa a uma situação estática, fundada em uma educação baseada na transferência da tradição, mas sim em um protagonismo que não possui mais limites, em especial no que diz respeito à expressão e ao conhecimento.

A educação dos jovens passará e se fundamentar em novos princípios, os princípios da modernidade. E isso tenderá a provocar um possível conflito, baseado na oposição entre as formas tradicionais e os aspectos da realidade moderna. O papel da juventude nesse processo é de profundo protagonismo, tal como afirma Mannheim,

A maior sensação de conflito de nossa mocidade é apenas um reflexo do caos que prevalece em nossa vida pública, e a perplexidade consequente é uma reação natural do espírito inexperiente. (...) No contexto de nossos problemas, o fato relevante é que a juventude chega aos conflitos de nossa sociedade moderna vinda de fora. É este o fato que faz da juventude o pioneiro predestinado de qualquer mudança da sociedade. (MANNHEIM, 1961, p.41)

A interpretação do autor segue na direção de afirmar que a importância da juventude no contexto moderno se consolida no fato de que ela não aceita a ordem social estabelecida, agindo sempre rumo à inovação, bem como no fato de não constituir um grupo de interesse pré-definido. A juventude, tida como uma histórica força latente, seria capaz de consolidar, em virtude de suas características, a chamada “terceira via”, rompendo com qualquer manifestação totalitária na realidade social.

A abertura de juventude ao novo agrega a este grupo social um conjunto de expectativas que será interpretado e instrumentalizado por diversos agentes e instituições. Entre eles, o mercado e o Estado. A juventude, enquanto construtora de padrões e modelos inovadores, é capaz de se integrar a situações caracterizadas tanto pela organização coletiva quanto pela individualização. E, atualmente, isso pode ser percebido claramente pelos ambientes virtuais. Poucos grupos e categorias sociais se entendem tão bem com a tecnologia como a juventude. Uma tecnologia,

que sendo fruto da modernidade, também intermedia processos profundamente marcados pela liquidez e pela inovação.

### 1.3 Juventude e Novas Tecnologias

As transformações recentes no modo de produção capitalista têm modificado substancialmente o papel da educação e da formação profissional. Entre tais transformações, está a transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento. Tal processo acaba por exigir novas maneiras de inclusão social, alterando, por consequência, todo o processo de socialização. E os jovens não escapam disso.

A educação passou a exigir de tais sujeitos a identificação de competências e habilidades que dialoguem com os novos instrumentos de produção do conhecimento e da informação. E, talvez, nenhum outro segmento etário da sociedade, tenha correspondido e abraçado com tanto vigor tais instrumentos como a juventude. Refere-se aí à capacidade de domínio das novas tecnologias, o que será objeto da discussão que aqui segue.

Podemos afirmar que a juventude atual pode ser chamada de a geração “i”, absolutamente adaptada às novas tecnologias, e em diálogo constante com elas. Ela se difere da chamada geração “net” (em virtude da internet) que nasce nos anos 1980 e 1990. Levam boa parte de seus dias imersos em um contato constante com a mídia, o entretenimento, a comunicação, entre outros elementos eletrônicos. Já nasceram em meio à tecnologia, e a cada momento acrescentam novas ferramentas em seu repertório de códigos, linguagens e instrumentos. Habitam as redes sociais como o *Facebook*, o *MySpace*, o *Second Life*, o *Twitter*, agregando contatos e recriando inúmeras formas de comunicação e manifestação. Enviam SMS’s e *tuitam* através de seus celulares praticamente tudo o que veem.

Há aqueles que acham que esse uso da tecnologia é demasiadamente excessivo, alegando que esse envolvimento constante com o mundo virtual afasta e impossibilita novas formas de socialização, seja através das brincadeiras na rua ou

no próprio convívio familiar. Boa parte desses jovens “odeia a escola”, uma vez que estão acostumados a aprender de outras formas, sendo intolerantes aos modelos tradicionais da aula e das apostilas. O que se percebe com tudo isso é que se trata de uma revolução irreversível, sem volta. Há pouco tempo sequer havia o *iPhone*, o *Wii*, o *Second Life* e o *Twitter*.

Além de muito bem utilizadas pelo mercado, as novas tecnologias também foram incorporadas pelos jovens ao seu cotidiano. Verbos como *tuitar* e *blogar* se tornaram comuns. E assim os jovens acabaram também forçando outras gerações a entrarem nessa realidade. Tal como demonstra Rosen (2010), através de um testemunho de um pai,

Se quiser falar com minha filha maior do ensino médio, tenho de usar mensagem de texto. Não responde ao celular, sequer escuta a caixa de mensagem. O único jeito de ter sua atenção é através de mensagem de texto. Tive de aprender a lidar com isso no celular, sendo para mim muito frustrante. Mas é seu mundo e tenho de deslocar-me para lá se a quiser encontrar. (Rosen, 2010, p.14).

Dessa forma, a atual geração passa a desenvolver um novo modelo de socialização, adquirindo altos níveis de sociabilidade, em especial com aqueles que possuem afinidades no trato com a tecnologia. A tabela a seguir mostra dados sobre o tempo de envolvimento dos jovens e crianças com algumas das novas tecnologias. A média de horas gastas por dia com tecnologia e mídia entre jovens de 16 a 18 anos chega a 20h20. Esta média sobe de 2h35 em crianças pequenas – o que já é cifra elevada – para quase dez vezes mais no fim da adolescência. Os dados apresentados por Rosen (2010) deixam evidentes a relação estreita entre infância/adolescência/juventude e tecnologia:

Idade	6 meses – 3 anos	4 – 8 anos	9 – 12 anos	13 -15 anos	16 – 18 anos
Internet	0:04	0:27	0:59	1:58	2:24
Computador (não online)	0:02	0:23	0:57	1:44	1:59
Email	0:01	0:06	0:26	1:08	1:19
IM/Chat	0:01	0:05	0:28	1:24	2:16
Telefone	0:08	0:17	0:43	1:07	1:50
Envio de texto	0:01	0:07	0:46	2:19	3:32
Videogames	0:18	1:32	2:07	1:20	1:17
Música	0:30	0:42	1:24	2:49	3:33
Televisão	1:30	1:56	1:56	1:58	2:10
Total	2:35	5:35	9:46	15:47	20:20

Tabela 2 – Gasto com tecnologia e mídia por crianças e adolescentes. Rosen (2010).

Mesmo levando em consideração que os dados acima estão situados em um contexto cultural, econômico e social diferente da realidade brasileira, ao nos depararmos com o cotidiano de grande parte das crianças e jovens de nosso país, veremos que pelo menos o contato com tais elementos tecnológicos é semelhante no que diz respeito ao acesso. Em especial com utensílios como o celular, a televisão e o computador.

O que não se pode negar é que a vida *online* é um traço fundamental da atual geração. É uma geração que está conectada em todos os momentos, seja na aula, seja entre as aulas e após a aula, em seus carros (mesmo que seja ilegal em motoristas), desvelando habilidade inacreditável diante da tecnologia. Tal como revelam alguns dados,

Dois terços dos adolescentes dizem que seu celular é sua tecnologia mais essencial e metade o via como chave para sua vida social. O celular só fica em segundo lugar em comparação com sua roupa em termos de representação do status social. Atribuem até elementos identitários a seus celulares, com capas caprichosas e baixam tons de discar para cada amigo (...). (Rosen, 2010, p.36)

O que pode se notar é que a relação com as novas tecnologias tem servido não somente para ampliar o leque de fontes de entretenimento e aprendizado para a juventude. Eventos recentes da história mundial e brasileira no campo político indicam que a internet também tem servido como um facilitador para a participação da juventude em assuntos de ordem pública. A eleição de Barack Obama nos Estados Unidos, o envolvimento de jovens na campanha de Marina Silva no Brasil e as recentes mobilizações a favor da democracia no Egito são bons exemplos de como o ambiente virtual também serve àqueles que desejam provocar mudanças e influências no campo político.

A possibilidade de disseminação de informações, o pouco controle que se tem dos canais virtuais e a ausência de uma “censura virtual” são algumas características que atraem a juventude, já aqui denominada “líquida”, para tais formas de participação. Trata-se de instrumentos que permitem a atuação de forma efetiva, com pouco investimento, em especial de tempo. Daí pode se explicar a força que vêm ganhando as redes sociais virtuais. Não me refiro apenas ao *Facebook* e

similares, mas também a redes que nasceram fora do ambiente virtual, mas que se articulam com grande utilização da internet.

Nesse contexto, destaca-se a REJUMA (Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade). A Rede formada pelos Coletivos Jovens dá boas lições de um uso eficaz da internet para disseminação de informações, compartilhamento de conhecimento, divulgação de atividades, bem como na criação de espaços de discussão e educação como os fóruns. Isso no que se refere à página oficial da rede (<http://www.rejuma.org.br>), sem contar a utilização de canais como o próprio *Facebook* e o *Twitter*.

Existe, inclusive, no site, uma área denominada de “WikiREJUMA”, na qual os integrantes da rede são convidados a integrarem a chamada “árvore do conhecimento”, num processo semelhante ao da *Wikipédia* ([pt.wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org)), através do qual se criam conceitos e discutem aspectos relacionados ao próprio processo de organização da rede:

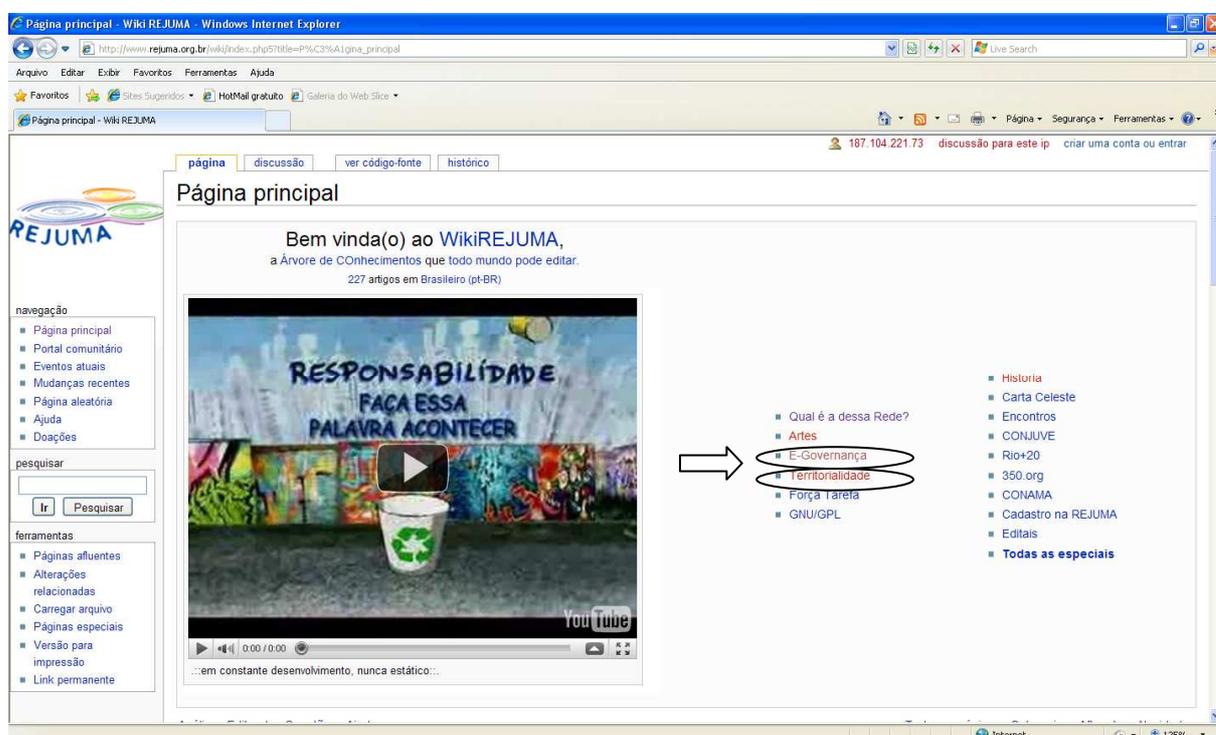


Figura 2 - Wiki Rejuma – [www.rejuma.org.br](http://www.rejuma.org.br)

A referência acima constitui o espaço da WikiREJUMA, referenciada anteriormente. E através dos tópicos, é possível perceber parte dos objetivos pretendidos com tal iniciativa. A apresentação de conceitos como E-Governança e Territorialidade são indicadores da tentativa de construção de um processo não apenas comunicativo, mas também educativo, com forte viés político. Esse aspecto fortalece a tese de que os recursos virtuais podem ser bem aproveitados no processo de construção de iniciativas educacionais, e aqui de caráter socioambiental, bem como podem servir para dar unidade nos processos de intervenção.

E é justamente sobre a perspectiva política que a presente discussão pretende se dedicar em sua etapa seguinte. Uma vez estabelecido o perfil dos tempos atuais, através do conceito de modernidade, situando a atual geração de jovens nesse contexto, com foco nas suas relações com a tecnologia, caberá agora a construção de um referencial da dimensão política. Após a análise, a etapa seguinte combinará todos esses elementos e, a partir de uma contextualização específica, propor-se-á a investigar as formas de articulação entre eles, tendo como espaço o campo socioambiental.

## 2. A POLITICIDADE E A FORMAÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO

A presente etapa do trabalho tem por objetivo construir um importante pilar do referencial teórico da análise realizada acerca da experiência do Coletivo Jovem-GO. Trata-se do conceito de *politicidade*. O termo se refere a um conceito desenvolvido por Pedro Demo (2002), com interfaces nas propostas e análises de Paulo Freire a respeito da autonomia e da participação. A construção de um referencial com bases na dimensão política constitui etapa fundamental no processo de interpretação e análise do perfil de ação do grupo estudado, uma vez que sua qualificação se dá justamente nessa perspectiva. A averiguação do nível de envolvimento político dos jovens poderia ocorrer em diversos âmbitos. Por exemplo, no envolvimento político institucional, na relação com partidos, ou simplesmente pelo caráter ideológico que assumem. No entanto, ao eleger o princípio de politicidade, pretende-se abranger a perspectiva de atuação política, ampliando a dimensão política para outros níveis de envolvimento.

Segundo Pedro Demo (2002),

Ser político é aquele que sabe planejar-se, fazer e fazer-se oportunidade, constituir-se sujeito e reconstruir-se de modo permanente pela vida afora, conceber fins e ajustar meios para os atingir, exercer sua liberdade e sobretudo lutar contra quem queira limitar, gestar-se cidadão capaz de história própria. (p. 11)

Dessa forma, julga-se que existem diversos elementos a serem qualificados para a indicação de uma perspectiva política. O elemento da participação é o foco dessa referência. Nesse sentido, adquirir politicidade seria uma ação contrária e que ataca a denominada *pobreza política* (Demo, 2002), indício da existência de manipulação e conformismo perante a realidade e suas circunstâncias.

A qualidade política aumenta em direção ao desaparecimento da pobreza política, e é possível identificar um medidor capaz de indicar o nível dessa qualidade. Trata-se do conhecimento. Este, considerando como o principal efeito de poder, é o argumento mais claro na confirmação da politicidade. Tal aspecto constitui elemento central da análise, uma vez que a rotina do grupo em discussão

tem como principal objetivo o desenvolvimento de iniciativas de caráter educativo como foco na perspectiva ambiental.

A justificativa de se de colocar a dimensão da politicidade frente à dimensão ecológica se dá em virtude do caráter considerado eficaz do próprio processo de educação ambiental. Julga-se, em concordância com Layrargues (2002, p. 189), que a educação ambiental “é um processo educativo eminentemente político, que visa ao desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais”. Dessa forma, estabelece-se que há uma relação direta entre atuação ecológica e a formação da politicidade, tendo em vista que as características dos processos vivenciados permitem tal vínculo.

Nesse processo, desenvolve-se o denominado “sujeito ecológico” (Carvalho, 2008). Um sujeito que é considerado “alternativo, integral, equilibrado, harmônico, planetário, holista” (Carvalho, 2008). Alguém que, pelas experiências que se propôs a realizar, adquiriu uma série de habilidades que recriam sua relação com o mundo e com sua realidade particular. Julga-se então, que o desenvolvimento e o fortalecimento das dimensões da politicidade seriam capazes de conduzir os sujeitos para a condição de sujeito ecológico, caso estas fossem direcionadas ao caráter ambiental. E é justamente esse movimento que se percebeu na realidade estudada, o que será demonstrado nas etapas finais da presente discussão.

Mas qual seria a vantagem de se desenvolver a qualidade política? Dentro da concepção de bem-estar social, desigualdade é traduzida como pobreza. E esta não se restringe à questão material, mas principalmente aos processos de marginalização no que se refere ao não acesso aos bens sociais de caráter cultural e subjetivo. A exploração e a manutenção da pobreza se dão na manutenção da inconsciência do pobre que não descobre a origem de sua situação e o que o leva a permanecer na mesma. A pobreza se manifesta em duas dimensões: a socioeconômica e a política.

A pobreza socioeconômica é reconhecida na esfera material, especialmente no emprego e na renda, sendo as outras necessidades decorrentes dessas. Já a

pobreza política se liga à dificuldade do pobre em superar a manipulação, e esta face da pobreza é pouco encarada nas políticas sociais que se mostram tecnocratas e reproduzem o caráter elitista da sociedade.

A negação da pobreza política tenderia a propiciar a formação da chamada *politicidade*. Segundo (Demo, 2002) este estado se traduz na “habilidade humana de saber pensar e intervir, no sentido de atingir níveis crescentes de autonomia individual e coletiva, que permitem conduzir história própria e mesmo imaginar inovações no processo natural evolucionário”. A construção dessa autonomia está vinculada diretamente ao confronto com os limites impostos ao indivíduo em diversas dimensões de sua vida, ou seja, da sua capacidade disruptiva (Demo, 2003). A formação da *politicidade* também está diretamente vinculada aos processos políticos e pedagógicos que o indivíduo vivencia em seu cotidiano.

Diversos espaços sociais seriam capazes de propiciar o desenvolvimento dessa habilidade. Considera-se que um deles pode ser o campo ambiental, em especial pela relação entre os atores sociais envolvidos no jogo de poder que, dentro do campo político vinculado ao meio ambiente, acabam por interagir dentro de suas representações sociais e visões de mundo. O envolvimento e a tomada de consciência do indivíduo frente a esse cenário, promovidos através de um processo de educação ambiental, tende a contribuir para a promoção de certo nível de crítica e autocrítica, estabelecendo a qualidade política, esta oposta e negadora da *pobreza política*.

## **2.1 Pobreza Política**

Geralmente, a questão da pobreza tende a ser compreendida e analisada a partir de sua dimensão material, o que caracteriza a chamada *pobreza socioeconômica*. Além dessa, a pobreza tende a apresentar também uma segunda dimensão, não vinculada à carência material, mas sim ao denominado “déficit de cidadania”. Trata-se da chamada pobreza política. Diferentemente da pobreza material, a pobreza política só poder ser entendida e medida dentro de uma perspectiva qualitativa. Sua face consiste especialmente na condição dos indivíduos que não possuem consciência de sua pobreza.

Trata-se de uma ignorância cultivada em pessoas que servem como massa de manobra na medida em que passam por um processo de “imbecilização” e manipulação. Tal circunstância torna os indivíduos vulneráveis e submissos a uma série de eventos como o clientelismo e o mandonismo. Cria-se com isso, um quadro de sujeitos isentos de autonomia e pensamento próprio, sempre à espera da libertação que há de provir de seu próprio opressor.

Na realidade brasileira, a pobreza política se manifesta e é alimentada a partir de vários aspectos. Primeiramente, vale ressaltar a incapacidade do nosso modelo educacional em formar indivíduos dotados de politicidade, capazes de negar sua condição de pobreza política. O modelo educacional brasileiro permanece fundamentado numa perspectiva instrutivista, que não dá ao sujeito a possibilidade de se tornar autor e protagonista. Isso se comprova na perspectiva de pobreza política da juventude, tida como alienada, em especial pela ausência de associativismo. A mudança desse quadro perpassaria em especial a figura do professor, que muitas vezes também se encontra em um quadro de pobreza política, com formação deficitária, insuficiente remuneração e baixa valorização. Em segundo lugar, persistem no Brasil modelos de transferência de renda residuais, assistencialistas, que não proporcionam ao pobre a possibilidade de tornar-se sujeito de sua própria história, mantendo-o em certo servilismo.

Diante desse quadro, há de se fomentar o papel do Estado na construção de sujeitos críticos, pela criação de situações e espaços de organização política os quais viabilizem o controle democrático. Mesmo perpassando todas as classes sociais, a pobreza política está diretamente associada à ausência de um modelo de política social que contemple a cidadania popular. Seu combate passa especialmente pela habilidade de saber pensar, pela produção de um conhecimento disruptivo e pelo confronto político.

Considerar outro aspecto da pobreza, que não ultrapasse o significado usual do termo, em sua dimensão material, leva a uma nova compreensão e a uma nova postura frente a diversas ações e modelos de pensamento sobre as desigualdades sociais. O que caracteriza o pobre, não é pura e simplesmente sua carência

material, mas o fato de que o não acesso aos bens materiais se dá por uma injustiça em sua distribuição. Pois, a carência em si, não constitui pobreza, caso esta seja ampliada a todos.

A pobreza surge “quando bens escassos se tornam bens privilegiados” (Demo, 2002, p. 37). No entanto, os indicadores quantitativos demonstram que a carência material se constitui como uma das piores mazelas humanas, escondendo problemáticas complexas e profundas. Nesse sentido, caberia às políticas sociais atingir as raízes dos problemas, sendo preventivas e não curativas, não deixando de debelar o mal que ocasiona os diversos problemas sociais. Mais que distributivas, é necessário que fossem redistributivas, na intenção de descentralizar recursos e poderes, e possibilitar de fato a diminuição das desigualdades.

As políticas sociais, no combate à pobreza política, tenderiam a se organizar a partir de três perspectivas: políticas assistenciais, políticas socioeconômicas e políticas participativas. (Demo, 1994). A política social eficaz é aquela que gera emancipação, sendo realizada pela via econômica (material) e política (cidadania). As *políticas assistenciais* visam a atingir os grupos sociais que não são capazes de realizar a sua autossustentação, cabendo, portanto, ao Estado viabilizar sua sustentação. É um direito devido de todos que não podem se autossustentar, de pessoas e grupos vítimas de emergência, e é voltada essencialmente para a sobrevivência, não se apresentando como uma via de emancipação. Existe problema na incapacidade de se separar assistência de assistencialismo, sendo o último um cultivo do problema social sob a aparência da ajuda (Demo, 1994), provocador de dependência e desmobilização do potencial do sujeito assistido.

Já, as *políticas socioeconômicas* se voltam para o enfrentamento da pobreza material e ao lado das políticas assistências se dirigem a um papel do Estado. As políticas socioeconômicas remetem à geração de empregos, ao apoio à microprodução, à profissionalização de mão-de-obra, à habitação para baixa renda, saúde e saneamento, às políticas de previdência, transporte, urbanização e às políticas de fundos sociais. A viabilização do desenvolvimento desses aspectos se dá no progresso do âmbito econômico, pois todos estes são dependentes do financiamento proveniente do setor produtivo.

Por terceiro, existem as *políticas participativas* que visam a atingir a pobreza política através da cidadania organizada. Nestas políticas, o Estado ocupará apenas o papel de instrumentalização e viabilização dos serviços públicos que são uma via para a execução da cidadania. As políticas participativas apresentam os componentes educacional, cultural, comunicativo, de defesa da cidadania e dos direitos, de organização da sociedade civil, partidário, sindical, judiciário e de segurança pública. A participação é a alma da educação, na função de viabilizar a cidadania. Isso viabilizaria ao pobre não ficar esperando a libertação do opressor, mas, sabendo que é pobre, “evoluir para a percepção de que, para confrontar-se com a pobreza, é imprescindível organizar-se politicamente para ir além da cidadania individual” (Demo, 2004, p. 103).

Tal como afirmava Paulo Freire, na medida em que o pobre esperar a libertação do opressor, não há qualquer possibilidade de cidadania. É fundamental que este se perceba enquanto objeto de manipulação, que se veja como alguém capaz de ler e interpretar sua própria realidade. A partir de sua autocrítica pode se apropriar de caminhos que o conduzam a níveis coletivos de cidadania, procurando vias de organização.

Dessa forma,

Pobreza não se restringe à carência dada, natural, mas inclui aquela produzida, mantida, cultivada, por conta do confronto subjacente em torno do acesso a vantagens sociais, sempre escassas em sociedade. Ser pobre não é apenas não ter, mas, sobretudo, ser impedido de ter e, sobretudo, ser, o que desvela situação de exclusão injusta. O cerne da pobreza é o massacre da dignidade humana, observado mais fácil ou imediatamente através de indicadores quantitativos, que escondem, por trás problemática muito mais complexa e profunda.” (Demo 2003, p.38)

Considerar o aspecto político da pobreza não implica em negar sua materialidade, na carência de renda, condições de vida, emprego, moradia, alimentação e outros recursos básicos. O que se pretende na consideração da pobreza política é perceber como se constitui a fabricação da miséria e como ela se mantém. Julga-se que o cerne da pobreza está na dominação política, na condução das pessoas como massa de manobra em prol de interesses privados.

Essa dimensão é capaz de revelar a depredação da qualidade de uma sociedade. Quando os indivíduos são impedidos de participar das decisões coletivas, bastam-se a simples cidadãos ocasionais, nos momentos de cumprir com os rituais burocráticos e com as formalidades da democracia representativa institucional. As necessidades humanas não podem ser hierarquizadas, são todas elas significativas. Sabe-se que saciar a fome é mais urgente e também mais simples do que elevar a escolaridade. Porém, ambas são fundamentais para que o ser se dignifique e se torne capaz de conduzir os rumos de sua própria história.

O foco na dimensão material da pobreza se alimenta a partir de duas perspectivas teóricas e metodológicas. A primeira se refere ao materialismo histórico, fundamentado na perspectiva dialética, que se propõe a uma visão objetiva da realidade social, tomando como bases elementos da estrutura produtiva e da propriedade. A outra é a tendência científica e acadêmica do positivismo, que se apoia nos aspectos quantitativos da pobreza, focada em indicadores vinculados aos aspectos da vida material.

A primeira perspectiva encontra em Karl Marx seu principal autor. Segundo o mesmo, a superação das desigualdades está diretamente associada à superação do Capitalismo, uma vez que o próprio sistema se constitui e se sustenta nas dicotomias e na relação de exploração que marca as classes sociais. Essa concepção indica que esse processo se daria a partir do que se considera como “ditadura do proletariado”, a partir da tomada do Estado e dos meios de produção. Faz parte dessa perspectiva a ideia do *welfare state*, de que o Estado é o responsável por cuidar dos pobres, estabelecendo a população carente como objeto de assistência social. A crítica que se faz a esse modelo é justamente na falta de autonomia e de participação conjunta nos processos de decisão.

A segunda perspectiva, positivista, muito apreciada pelos economistas, busca a interpretação e o detalhamento de perfis quantitativos de grandes populações. Fenômenos de ordem subjetiva, como o associativismo, a falta de consciência e conhecimento das questões políticas, as visões de mundo e a relação com os

aspectos da realidade tornam-se de difícil mensuração nesse processo. Pouco se aprofunda na chamada pobreza subjetiva, embora hoje os institutos de pesquisa já considerem o termo como foco de pesquisa, ainda não conseguem muito detalhamento.

A ampliação da concepção de pobreza acaba por ampliar conseqüentemente as estratégias para sua superação. Ao se considerar a dimensão emancipatória, surge o debate em torno da importância dos processos educacionais como solução. Tendo em vista que

Saber pensar é componente crucial do combate à pobreza, primeiro porque remete ao real sujeito da empreitada, quer dizer, ao próprio pobre que se torna capaz de pensar seu problema e de arquitetar sua solução. Segundo, porque indica a necessária forja do sujeito capaz de história própria, sabendo aproveitar a potencialidade disruptiva do conhecimento, desde que em contexto de aprendizagem reconstrutiva política. (Demo, 2004, p. 108)

Quando o sujeito aprende a questionar, ouvir e observar sua realidade com inteligência, quando aprende a argumentar, ser crítico e se organizar para o enfrentamento de situações-problema, há um indicativo de que a cidadania possa estar de fato sendo exercida. E uma cidadania que não é apenas intitulada, mas que serve como estratégia para o enfrentamento das condições que impedem o sujeito de ser digno e ter posse daquilo que é necessário para sua felicidade.

Dessa forma, caberá, por seguinte, expor os elementos que permitirão tal superação, e que constituem a qualidade política, representada naquilo que se considera como *politicidade*. Uma habilidade que dá ao sujeito não só a capacidade de ler, pensar e questionar sua realidade, mas principalmente de ser capaz de intervir em níveis não só individuais, mas principalmente coletivos, em forma de associação e mobilização.

## **2.2 Aspectos Constitutivos da Politicidade**

A compreensão do conceito de politicidade é inversa ao que se considera como pobreza política. Se a pobreza política, tal como foi discutido anteriormente, está diretamente ligada à manipulação e à falta de autonomia, o indivíduo dotado de politicidade se posiciona em uma situação oposta. Trata-se de alguém capaz de

conduzir seu caminho, de construir e marcar posição frente aos processos sociais e políticos em que se insere. No plano conceitual, compreende-se politicidade como:

A habilidade humana de saber pensar e intervir, no sentido de alcançar níveis crescentes de autonomia individual e coletiva, que permitem conduzir história própria e mesmo imaginar inovações no processo natural evolucionário. Ser político é aquele que sabe planejar e planejar-se, fazer e fazer-se oportunidade, constituir-se sujeito e reconstruir-se de modo permanente pela vida afora, conceber fins e ajustar meios para os atingir, exercer sua liberdade e sobretudo lutar contra quem a queira limitar, gestar-se cidadão capaz de história própria, aprender de modo reconstrutivo-político” (Demo, 2002, p. 11)

Nesse sentido, constituir-se como sujeito dotado dessa habilidade implica na inserção dentro de um processo que contempla alguns elementos básicos. O conceito de politicidade pode ser associado a um “tipo ideal” (Weber, 1979). Trata-se de uma condição que reúne elementos distintos, mas que combinados ou manifestados dentro de determinadas situações, indicam a qualidade política do indivíduo. Caberá nesta etapa, portanto, apontar e discutir quais são os chamados aspectos constitutivos da politicidade. O indicativo desses aspectos servirá como importante recurso de interpretação para traçar e avaliar o perfil do grupo aqui estudado, o Coletivo Jovem-GO, uma vez que determinadas iniciativas e processos vivenciados dentro do grupo se assemelham aos aspectos que evidenciam a dimensão da politicidade.

Em sua análise sobre a existência e a razão humana, os gregos já apontavam para a tese do *zoón politikon* (animal político), associando a perspectiva de contestação e organização à própria essência humana. Alguém que não está limitado às condições naturais ou aos ordenamentos alheios, mas que tem a capacidade intrínseca de se sobrepor ao que é imposto, recriando sua própria condição. Nesse sentido, ao interiorizar a realidade, no processo de socialização, o humano se torna capaz de reconstruí-la. Nesta acepção, vale ressaltar primeiramente o próprio aspecto da maneira como se compreende o mundo, vez que a forma como isso ocorre determina fundamentalmente as ações de intervenção.

Compreende-se que as características do processo de educação no qual o indivíduo está inserido são primordiais para se determinar a qualidade política. São

múltiplas as concepções a respeito do papel e do significado da educação. Tomaremos aqui o termo dentro de uma perspectiva crítica, que rompe com a ideia de uma educação instrucionista ou simplesmente baseada na repetição. Ao se olhar para a história da humanidade, é perceptível que o diferencial decisivo entre os diversos povos e culturas foi principalmente a capacidade do conhecimento inovador. Não significa afirmar que existem povos superiores a outros, mas sim que houve uma diferença no manejo e na utilização do conhecimento.

A superação da pobreza e da condição de massa de manobra passa diretamente pelo processo educacional. A começar pela educação básica, que é tida pela maioria das sociedades como um dos elementos centrais da formação de seus cidadãos. E no caso brasileiro, mesmo com o fracasso dos índices de avaliação, ainda há a perspectiva de que a escola poderia ser o elemento fundamental da construção de uma sociedade organizada. Até mesmo os representantes do neoliberalismo se apresentam como defensores da educação de qualidade, na consideração de que somente esta é capaz de produzir efeitos de qualidade em uma população, uma vez que a torna capaz de se inserir no processo produtivo.

Mas, apesar de incentivar a educação como parte do progresso, o sistema ainda teme sua face política. Isso explica e justifica o próprio caráter dos sistemas de avaliação e de políticas públicas que muitas vezes se sustentam apenas em elementos quantitativos, sejam eles dos “provões” ou até mesmo dos “vestibulares”. Nesse sentido, o que se percebe é o foco no conhecimento e não necessariamente na educação. Diante desse quadro é que se desenvolve toda uma perspectiva de análise em torno de uma educação que privilegie a cidadania e não o aumento da produtividade econômica. Nesse sentido, o que tenderia a consolidar a cidadania é a busca por um processo de educação crítica, emancipatória.

Tomando como base as referências acerca do processo de educação crítica, compreende-se que é papel da educação ampliar-se para além da constituição do conhecimento, atingindo a possibilidade de formação da cidadania. A capacidade de aprender se traduz na possibilidade de interferir na realidade e em si mesmo, de maneira a conduzir história própria, formando alguém que seja capaz de confrontar

sua pobreza política (Demo, 2002). A capacidade de pensar pode render ao indivíduo não somente uma posição no mercado, mas também de elaborar outras oportunidades que vão para além da renda própria. Assim sendo, o principal impacto da educação não se dá na dimensão econômica, mas em especial na dimensão política.

A construção de sujeitos capazes de se organizarem, de articular estratégias de intervenção perante a realidade, de conquistarem seus direitos, são indícios da existência de um processo educacional integral e não apenas focado na técnica, semelhante ao que Paulo Freire chamava de “educação bancária”. E isso não significa doutrinar a educação, mas sim admitir aquilo que se considera como mínimo necessário para a formação da cidadania. Significa a busca por um processo inovador de educação que fomente a autonomia, redesenhando as relações de força e poder na própria sociedade.

Nesse sentido, cabe discutir também as vias de construção desse modelo de educação. Quando se considera a criticidade de um processo educativo, naturalmente se deve também considerar os modelos, competências e habilidades que ali são desenvolvidos. No que diz respeito ao modelo, muito se critica o histórico padrão de educação instrucionista, fundamentada na repetição e na “cópia” de pensamentos já elaborados. O que se propõe naquilo que se considera como educação emancipatória é justamente o contrário. Vale o chamado conhecimento desconstrutivo. Aquele que faz o sujeito ler a realidade, mas faz com que este se sinta, também, impulsionado a reconstruí-la. É o conhecimento que não simplesmente absorve, mas que reelabora.

Confrontando tal proposta com a realidade encontrada atualmente nos espaços formais de educação, surge com urgência a demanda de iniciar o desenvolvimento de um processo de aprendizagem que se apresente como uma ferramenta de reconstrução e não apenas de reprodução do conhecimento. É importante promover a autoria própria através da elaboração sistemática do conhecimento. Dessa forma, será possível criar níveis de autonomia que promovam o desenvolvimento de uma boa aprendizagem e de uma consistente autonomia. E a

figura do educador é central nesse processo. Segundo Demo (2002), “é preciso que o os sujeitos sejam orientados em parceria, pois criar autonomia exige a colaboração de outrem. Orientação de tal modo que o orientando necessite cada vez menos da orientação”. É preciso evitar o instrucionismo.

Faz-se essencial, portanto, levar o sujeito a aprender a arte da argumentação, do posicionamento via elaboração de ideias próprias, da proposição de soluções para situações-problema, avaliando-as e imaginando múltiplas alternativas. Indica o que se considera como indagação criativa (Demo, 2002), não se limitando a aceitar a realidade imposta, deixando para trás a condição de subalterno. E para recriar é preciso se tornar autor. Talvez esta capacidade seja a mais desafiadora dentro das instituições e espaços que desejam promover a educação. Tomando como base a escola, verifica-se a baixa possibilidade de autoria, uma vez que, desde as séries iniciais, os alunos são condicionados a um modelo que se fundamenta na repetição.

É consensual, nos diversos campos de estudo do humano, que a mente e a própria condição dos sujeitos apresentam uma profunda originalidade, recheada de aspectos subjetivos e que lhes torna irrepetíveis. Uma vez que se assume uma interpretação única da realidade, isso passa a ser autoridade de argumento (Demo, 2004). Esse aspecto constituía uma das interessantes reflexões que alguns teóricos críticos fizeram em relação a seus “seguidores”. Um deles foi Marx, que ao chamar suas obras de “rascunhos”, repudiava aqueles que se intitulavam marxistas, mas que ao invés de inaugurarem perspectivas inovadoras sobre a realidade, se apropriavam de suas ideias, refugiando-se no reconhecimento e na autoridade do próprio Marx. Muitos foram apenas tentativas reprodutivas de reproduzir suas análises econômicas e filosóficas, sem apresentar qualquer aspecto de reconstrução e originalidade.

Na realidade, a interpretação com autonomia sempre foi também muito temida, uma vez que é parte fundamental da capacidade de pensar. Trata-se de uma dinâmica que inclui apenas o texto próprio, dotado de argumentação, mas também a dimensão da intervenção. Tal como afirma Demo,

Por trás de um texto próprio bem arquitetado emerge a habilidade de, interpretando crítica e autocriticamente a história, produzir outra, alternativa. Há nisto, pois, um sentido primeiro prático imediato: forjar alunos com habilidade reconstrutiva própria de sujeito auto-referente e autopoietico, dotado da capacidade de questionar e autoquestionar-se. Autoria significa neste ato buscar no aluno sua oportunidade de sujeito reflexivo e que lhe permite apresentar-se como produtor de ideias criativas, com base na autoridade do argumento. Mas há um sentido mais abrangente em jogo, não menos prático: exercitar a cidadania que sabe pensar, tendo em vista mudar a sociedade. Paulo Freire resumia ambas as pretensões na ideia de “ler” a realidade: implica saber interpretar crítica e criativamente, para poder mudá-la, aprimorando as condições de confronto. (2008, p. 5)

Depreende-se daí, portanto, que ser autor é primordial para sobreviver no mundo do conhecimento. Tanto para aprendê-lo quanto para produzi-lo. Autoria requer estudo, pois ninguém é autor sem antes ter ideias, e para tê-las é preciso inspiração. Ler é preponderante na aprendizagem. Não só pelo estímulo da capacidade de organização mental de ideias e argumentos, mas principalmente por propiciar fundamentação. E a leitura, mais do que nunca está democratizada. Pode-se ler hoje de várias formas, com vários recursos. Bibliotecas físicas ou virtuais, jornais, revistas, sítios de diversos tipos e assuntos. Tudo pode ser explorado como objeto de leitura. Para estímulo ao aluno, que sejam incentivadas leituras das mais diversas, não só do erudito, mas também do cotidiano, do popular, daquilo que tange sua realidade.

Assim como a leitura se faz primordial, da mesma forma se faz a escrita. Produzir textos é ofício de bom autor. Assim como a leitura, pode-se fazer texto sobre o que julgar conveniente e relevante. No entanto, a escrita não pode se apresentar como uma atividade simplista e desorganizada. O texto deve ser estimulado como recurso de argumentação e instrumento de organização de ideias. Escrever reporta à possibilidade de ressignificação do conhecimento. Feita a leitura de um aspecto, elemento ou realidade, a escrita caracteriza a expressão desse contato. Portanto, escreve bem quem lê bem. Argumenta devidamente quem é capaz de interpretar. Promover alunos autores requer que tenhamos também professores autores. Ter professores que escrevam pode servir até mesmo como referência para contestação dos próprios alunos, estimulando-os a ressignificar o conhecimento produzido pelo docente.

A boa aprendizagem não representa um processo que se estabelece apenas a partir do próprio indivíduo, mas que necessita de outro, porém sem se constituir como relação de dependência. Nesse processo, o educador há de orientar o educando de forma a que este necessite cada vez menos de orientação (Demo, 2002). Embora essa relação não se traduza em independência total, também não se pode confundi-la com instrucionismo, prática esta contrária à proposta reconstrutiva do conhecimento e negadora da boa aprendizagem. Sendo assim, é impensável imaginar um aluno que aprenda sem ter vivido um bom processo de elaboração própria, que tenha despertado sua capacidade de crítica e autocrítica. O bom aprendizado implica em uma elaboração autônoma, e que deve ser ainda mais eficaz se partir do universo simbólico e cultural do sujeito.

Novos recursos e ferramentas têm aparecido a cada dia em meio à sociedade. No entanto, pouco se tem aproveitado disso tudo para fazer com que os alunos aprendam bem. Não é difícil encontrar alguns professores e gestores que, em meio a tantos avanços, ainda ignoram ou desqualificam alguns recursos como a própria internet. Esta, que trouxe grandes transformações na leitura, na escrita e na própria comunicação, poderia servir também como um recurso a ser bem aproveitado na aprendizagem dos alunos. O contato com o universo digital favorece a utilização de inteligências diversas, que podem se traduzidas em produções multimodais, ampliando, por consequência, a democratização do acesso ao conhecimento.

Segundo Demo (2006), uma boa aprendizagem pressupõe oito elementos fundamentais: *autoria própria*, em negação à reprodução e busca de reconstrução; *pesquisa*, na interpretação e na construção de um conhecimento novo ou na reconstrução de um já disponível; *elaboração textual*, no exercício da autoria autônoma e referente tradução do saber pensar; *leitura sistemática* que possa fornecer referências para a reconstrução e propiciar o acompanhamento das discussões; *argumentação*, construindo a autoridade do argumento próprio; *fundamentação*, baseada na autocrítica e na renovação do saber; *dedicação sistemática*, através da formação permanente e da ampliação de horizontes; e *capacitação*, em que o educador precisa estar apto e em constante estudo, reflexão

e formação de sua prática. Tais elementos citados tenderiam a caracterizar uma aprendizagem fundamentada e sólida.

Nesse sentido, a ampliação do acesso às novas tecnologias se constitui como aspecto central da aprendizagem, oferece mais tempo para a produção e menos para a instrução, bem como cria espaços e ambientes que favoreçam o intercâmbio de argumentos. Estas são algumas alternativas que podem contribuir para a constituição de um bom aprendizado.

Outro elemento fundamental no processo de constituição da politicidade é a dimensão da organização via associativismo. A cidadania individual é extremamente importante, mas se torna decisiva e eficaz quando se torna coletiva, pois é esta que faz história.

A participação associativa está diretamente vinculada à criação de um capital político que permite a evolução da própria sociedade, na medida em que as pessoas se tornam capazes, por meio do debate e do conflito, de conduzir de maneira mais eficaz o processo democrático. A Constituição Federal afirma, no Artigo 1º, parágrafo único: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta constituição”. Esse princípio transfere a competência de gestão da população a outros que são indicados como capazes de realizá-la.

Da capacidade associativa pode gerar, e esta tenderia isto, outro elemento central no processo de constituição da politicidade, que se refere à própria qualificação do Estado. O papel principal das organizações da sociedade civil deveria ser o de fiscalizar e acompanhar a ação do Estado, evitando a sua substituição, que, por mais bem intencionada que seja, reforça a tese liberal de quanto menor o Estado, melhor.

As experiências de controle social não têm sido eficazes no Brasil, servindo como indício da pobreza política da população. Alguns resultados mais próximos dessa perspectiva de envolvimento social são percebidos por governos de

orientação popular e democrática, reforçando a tese de que um Estado democrático que assuma um projeto com participação popular facilita o exercício do controle social em detrimento dos interesses do mercado (SOARES, 2004).

Por fim, julga-se que ao avaliar e qualificar o Estado, automaticamente se está propenso a uma avaliação do mercado, em diversos níveis. Dentro da questão ambiental isso pode ser viabilizado em diversos aspectos, seja pela questão do consumo, numa esfera que contemple a relação entre produção e degradação ambiental, bem como a própria mercantilização de certos bens sociais e ambientais.

Educar com consciência, com foco na autonomia, na emancipação, e no fomento da autoria, promover vias de associação e participação coletiva; qualificar os setores sociais, em especial o Estado e o Mercado; tais aspectos constituem os fundamentos daquilo que se considera como politicidade. Nota-se que esse conceito não carrega uma originalidade no que diz respeito ao que procura abordar, uma vez que tais elementos já foram analisados por diversas perspectivas teóricas e práticas.

Porém, estabelecer uma tipologia que relacione estes elementos pode servir como um importante qualificador de práticas e processos ocorridos em meio à sociedade civil. E na presente pesquisa, essa abordagem será útil para indicar em que aspectos as práticas do Coletivo Jovem-GO contemplam a dimensão da politicidade.

### **2.3 Sujeito Ecológico: Caminho Para a Cidadania**

Nos acostumamos historicamente a relacionar a atuação política e a prática da cidadania sobre determinados campos e espaços sociais. Muitas vezes campos institucionalizados, como sindicatos e partidos políticos. Em certos momentos a atuação política se massificou, diante de temas ou fatos que envolveram amplamente a vida da população. Dessa forma, o que se nota pelas experiências e pela própria expressão do senso comum é que atuar politicamente significa estar vinculado e associado a algum tipo organização formal.

A Sociologia Política estabelece, em sua tradição teórica, a sociedade civil como sendo um dos três agentes centrais da sociedade, ao lado do Estado e do mercado. Nesse sentido, compreende-se a sociedade civil como um conjunto múltiplo de forças sociais e segmentos heterogêneos, atuando em torno de aspectos ligados à cidadania, seja pela conquista ou pela consolidação de direitos.

Alguns campos de atuação adquiriram certa tradição ao longo da história, confirmados pelo desenvolvimento das relações sociais, pela mudança de valores e pelo considerado progresso econômico e social. Trabalho, gênero e reforma agrária são alguns destes campos que tem sido pauta das principais formas de atuação dos movimentos sociais.

Nas últimas décadas, determinados eventos históricos abriram espaço para o surgimento de novas tendências e posicionamentos políticos. Entre eles o campo ambiental:

Os movimentos e idéias que marcaram o mundo pós Segunda Guerra Mundial como o desenvolvimentismo, as políticas da guerra fria e a reação contracultural, preparam a cena para a geração dos anos 70, com suas diversas matizes ideológicas. Eventos mundiais como a chegada do homem à lua, a guerra do Vietnã, a bomba atômica, o *rock* de protesto, estão entre as experiências e lembranças que marcaram muitos dos líderes e educadores ambientais no Brasil. Ao despontar nos anos 70 o campo ambiental brasileiro nasce em uma sociedade complexificada pelos meios de comunicação de massa, pela expansão da classe média e segmentos formadores de opinião, em que pese a conjuntura política de repressão e censura do regime autoritário. (Carvalho 2008, p. 72)

Esse contexto conclui que o campo ambiental já surge dentro de uma perspectiva global, através da troca de experiências e da articulação de iniciativas da própria sociedade civil em diferentes realidades e contextos. A historicidade do campo ambiental está dividida em etapas que marcam desde o conservadorismo até o fomento de processos mais críticos. Tal como afirma Giddens (1991) a própria reflexividade dos tempos modernos acaba por gerar uma multiplicidade de tendências acerca do cotidiano. E é em meio a esse leque que emana a perspectiva do que se denomina como sujeito ecológico.

Segundo Herculano (1996), o sujeito ecológico é aquele que atua de maneira organizada, estruturado dentro de um segmento social, dentro do chamado campo

do ecologismo. Nesse sentido sua preocupação está direcionada ao andamento do atual modelo de desenvolvimento econômico e suas interfaces com as questões ligadas ao meio ambiente. Trata-se de um sujeito envolvido com a perspectiva do desenvolvimento sustentável, de maneira ampla. Tal como afirma Leff (2005), sabe-se que a própria noção de sustentabilidade é ampla, e esse sujeito procura adentrar em meio a essa complexidade:

Os desafios do desenvolvimento sustentável implicam a necessidade de formar capacidades para orientar um desenvolvimento fundado em bases ecológicas, d equidade social, diversidade cultural e democracia participativa. Isto estabelece o direito a educação, a capacitação e a formação ambiental como fundamentos da sustentabilidade, que permita a cada pessoa e cada sociedade produzir e apropriar-se de saberes, técnicas e conhecimentos para participar na gestão de seus processos de produção, decidir sobre suas condições de existência e definir sua qualidade de vida. Isso permitirá romper a dependência e iniquidade fundadas na distribuição desigual do conhecimento, e promover um processo no qual os cidadãos, os povos e as comunidades possam intervir a partir de seus saberes e capacidades próprias nos processos de decisão e gestão do desenvolvimento sustentável (p.246-247).

A amplitude de possibilidades do campo do ecologismo torna-se um importante elemento justificador para se compreender a inserção dos jovens no mesmo. Trata-se de um campo que tem atraído o envolvimento dessa categoria social, possibilitando sua integração tanto em meio aos debates mais amplos quanto à questões da cotidiano particular de suas comunidades, o que tem elevado significativamente seu envolvimento social.

E sabe-se que mais do que um campo de atuação, o campo do ecologismo tem como marca fundamental sua perspectiva educacional. O aspecto formativo dos grupos, associações e movimentos ambientais é considerado o pilar de sua existência, uma vez que determina não só a causa, mas principalmente a forma de suas ações. Ao constituir-se enquanto prática educativa a Educação Ambiental também se vincula ao campo da educação propriamente dito e é do vínculo entre o campo ambiental e algumas perspectivas educativas que nascem orientações específicas dentro da própria EA. (CARVALHO, 2008)

Partindo das várias identidades que a educação ambiental assume, podemos chegar a uma série de práticas e denominações: alfabetização ecológica;

ecopedagogia; educação ambiental crítica; transformadora; emancipatória; educação no processo de gestão ambiental; conservacionista; ao ar livre; educação para gestão ambiental; entre outras. (LAYRARGUES, 2004).

O referencial de Educação aqui tomado tem como enfoque a perspectiva da educação ambiental crítica, uma vez que essa foi mais coerente com os processos identificados no grupo estudado e que está mais associada a perspectiva da politicidade. Segundo Loureiro o processo educativo voltado à emancipação deve “reconhecer os sujeitos sociais” a fim de atuar a partir de suas singularidades. Este autor considera, ainda, que a “práxis educativa transformadora” é caracterizada por viabilizar condições para a ação de transformação dos indivíduos e dos grupos sociais de modo simultâneo, por meio de sua realidade cotidiana com o propósito de promover a “superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade capitalista globalizada”. (LOUREIRO, 2006, p. 149).

A mudança social constituída por vias de envolvimento com a causa ambiental está diretamente vinculada a uma perspectiva ética, mas que não habita tão somente o simbolismo, atingindo unicamente o campo das utopias, na instauração de uma nova cultura. Passa também por uma perspectiva que vislumbre a dimensão social, concreta, que contempla situações do cotidiano, dos elementos constitutivos do jogo de relações sociais e institucionais.

Nesse sentido, a construção do sujeito ecológico se apoia em elementos que elaborem uma identidade tanto individual quanto coletiva, que possibilita encarar determinadas problemáticas sociais, visando construir a partir delas um projeto que contemple uma sociedade emancipada e igualitária. O extremo valor do campo ambiental está justamente na exigência que se faz do estabelecimento de relações sociais para que o mesmo possa se consolidar. É um campo passível de interpretação sociológica, que possibilita a caracterização profunda do papel dos agentes envolvidos.

Julga-se que o processo de construção do sujeito ecológico é naturalmente um processo de formação da politicidade, uma vez que tange as etapas já discutidas

neste capítulo. Em primeiro lugar, pela própria dimensão educativa. E nesse aspecto serão indicados no capítulo seguinte, situações e processos que contemplam fortemente essa dimensão, a partir do grupo estudado.

Destaca-se também a possibilidade de organização e associativismo que o campo ecológico tende a promover, em especial através da militância. Reconhecida

como um valor que se soma ao espaço profissional é um traço que se delinea a partir da convergência de múltiplos atravessamentos no campo ambiental, apontando para o entrecruzamento do ativismo ecológico, da militância política, das lutas em movimentos sociais, e também do mundo da ação política profissionalizada que cresceu a partir das ONGs de desenvolvimento social. Estes diferentes pertencimentos constituem a bagagem de experiências constitutivas do sujeito ecológico. (Carvalho 2008, p.89)

A militância no campo ambiental tende a ser marcada pelo seu forte ativismo cultural (Carvalho, 2008). Esta se constitui tanto como uma visão de mundo quanto uma perspectiva diretamente associada vinculada a autonomia perante a situação social dada. Trata-se de uma posição que reorganiza a vida social, criando uma espécie de *habitus ecológico*. Layrargues (2000) em sua análise a respeito da reprodução social da educação ambiental estabeleceu uma tipologia relacional entre elementos da mudança cultural e da mudança social, em uma configuração que permite identificar a maneira como aspectos conceituais e ligados a superestrutura se realizam na esfera da infraestrutura, nos elementos da vida social:

EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
 Mudança Cultural	 Mudança Social
Função moral da educação: processo de socialização humana ampliada à natureza	Função política da educação: instrumento ideológico de reprodução social.
Auto-restrição comportamental: ética	Estabelecimento de regras de convívio social: política
Planos simbólicos: valores	Plano material: interesses
Utopia: construção do futuro com ênfase no universo escolar e da juventude	Ideologia: vivencia do presente com ênfase nas relações produtivas e mercantis.
Natureza como Bem em si com valor intrínseco	Natureza como mercadoria com valor de troca
Social subordinado ao ambiental	Ambiental subordinado ao social
Cultura como mediação entre humano e	Trabalho como mediação entre humano e

natureza	natureza
Sociedade funcionalista e atomizada: primado do indivíduo e homem genérico	Sociedade conflituosa e desigual: sujeitos sociais específicos
Ética ecológica	Cidadania e justiça ambiental
Dever moral de proteger a natureza	Direito legal de ter a natureza protegida
Mudar a visão de mundo	Mudar a ação no mundo
<i>“Eu não vou degradar o ambiente”</i>	<i>“Nós não vamos deixar que degradem o ambiente”</i>
↩	➤
<b>MUDANÇA AMBIENTAL</b>	

Quadro 1 - Educação e Mudança Ambiental - Fonte: (Layrargues 2000, p. 98)

Alterar os padrões de ação humana no meio ambiente, implica diretamente na mudança de paradigmas éticos, mas que devem estar associados à novas práticas e modelos de relações sociais. Destaca-se nesse processo de tradução a dimensão política da educação, devendo estar ser fundamentada nos princípios da autonomia e da emancipação para que possa se consolidar como um instrumento de cidadania. Uma educação que seja capaz de fomentar a dimensão da politicidade.

Por isso se considera que o sujeito ecológico seja o modelo que viabiliza a relação entre politicidade e campo ambiental. Mas para consolidar essa relação é necessário promover uma educação ambiental crítica e emancipatória, em que os saberes possam ser elaborados e constituídos de maneira dinâmica, a partir de construções coletivas e cooperativas, de modo contínuo, interdisciplinar, participativo e democrático, a fim de favorecer a configuração de sociedades sustentáveis. (TONZONI-REIS, 2006, p. 93).

Dessa forma, conclui-se que o espaço ambiental se constitui muito terreno fértil para a constituição de processos que favoreçam a politicidade, na medida em que faz a opção por modelos de educação que se fundamentem em princípios e propostas congruentes com os elementos constituintes dessa dimensão. Esse pressuposto abre espaços para uma nova interpretação acerca das possibilidades de participação política na sociedade atual e das vias de envolvimento da sociedade civil com os bens públicos e sociais.

Situar o jovem nesse contexto também agrega uma série de novas perspectivas. Uma vez que a juventude, no contexto da modernidade, passa por uma indefinição de modelos e referências, justificadas pela própria liquidez dos tempos atuais, emerge um campo que dá a ela possibilidades muito interessantes.

Mas de que maneira a juventude se apropria desses processos? Muitas experiências podem ser encontradas, que geram evidências acerca do associativismo juvenil em torno de questões sociais. Em meio a isso, destaca-se sua atuação da juventude no campo ambiental, também comprovada em diversas situações e contextos. Conclui-se com isso a necessidade de se considerar e se confirmar o campo ambiental como via de participação e construção da autonomia e não apenas como uma fonte de utopias em qualquer vínculo com mudanças nas relações sociais e na própria estrutura da sociedade.

### 3. CIDADANIA VIA ECOLOGIA

O presente e último capítulo deste trabalho se propõe a demonstrar, a partir de uma experiência localizada, as possibilidades reais que o campo ambiental oferece no que diz respeito à formação da cidadania e da participação política dos jovens. Tal como afirmado anteriormente, trata-se de um campo que proporciona uma visão integradora da sociedade.

Pensar o ambiental não implica em pensar tão somente a natureza. Envolve dimensões de caráter social, cultural, econômico, ético, político, entre outros. Trata-se de um campo que é capaz de reunir e ser habitado por diferentes segmentos da sociedade, sejam grupos, associações, organizações, até chegar nas instituições formais do Estado. Tal como afirma Carvalho (2004):

O campo ambiental é portador dos dilemas contemporâneos que afetam esfera política, particularmente no que diz respeito as escolhas e ações presentes que vão incidir sobre o futuro, enquanto projeto de vida comum. A política aqui é tomada no sentido de como esfera pública, espaço por excelência da ação humana enquanto convivência com os outros humanos e partilha nas decisões sobre os destinos dos bens comuns. Neste sentido, os bens ambientais vêm se instituindo na esfera pública com o status de Bem comum de grande relevância para a sociedade. Como tal, a questão ambiental tem alcançado um lugar destacado nos embates sobre a construção social do futuro da comunidade humana, vinculando as atuais e as novas gerações numa esfera de negociação de projetos de sociedade e modos de engajamento político. (p. 2)

Abrem-se assim as portas para a cidadania ecológica. No contexto da modernidade, frente às inúmeras possibilidades que as novas tecnologias tem proporcionado no que diz respeito à comunicação e às vias de organização, o campo ambiental vem ganhando destaque e atraindo sujeitos que são considerados “perdidos” nas abordagens clássicas a respeito da participação política. E nessa condição, situam-se os jovens.

Portanto, caberá nesta etapa apresentar de maneira mais detalhada uma experiência de cidadania juvenil que tem rendido bons frutos no que diz respeito à formação da politicidade e no fortalecimento do desenvolvimento sustentável no Brasil. Trata-se dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente. Iniciados por uma política

de incentivo do Ministério do Meio Ambiente, atualmente os Coletivos Jovens estão espalhados em todas as regiões do país, promovendo iniciativas que favorecem a participação política e o envolvimento ambiental de inúmeros jovens.

Partindo da amplitude desta experiência, será verificado e analisado o processo de construção da rede de Coletivos, que consegue proporcionar de maneira eficaz um processo que ao mesmo tempo une os diversos grupos em torno daquilo que se considera pertinente no que diz respeito aos processos, princípios e enfrentamento das problemáticas gerais da sustentabilidade no Brasil. Mas que também incentiva e orienta as ações em níveis locais, favorecendo o envolvimento de seus participantes com o cotidiano social de suas realidades.

Por último, será demonstrada e analisada a experiência do Coletivo Jovem-GO, uma vez que este representa, assim como outros coletivos jovens, um foco visível de politicidade. Serão apresentados relatos, materiais e experiências produzidas recentemente dentro do grupo. Também serão discutidos e apresentados alguns processos educacionais, bem como aspectos referentes à própria gestão do Coletivo, que indicam e convergem para os elementos conceituais apresentados anteriormente.

### **3.1 Os Coletivos Jovens e sua Organização**

Envolver os jovens nas discussões, e fazê-los participar de processos dentro do campo ambiental foi o objetivo de um processo iniciado dentro do MMA, em 2003, através da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA). Inicialmente o foco era incentivar a mobilização em uma perspectiva de atuação política que produzisse efeitos ambientais, culturais e sociais.

Estiveram envolvidas nesse processo 16 mil escolas, responsáveis por transmitir o pensamento e o desejo juvenil no que tange o meio ambiente. Os participantes de cada Conferência de Meio Ambiente na Escola elegeram um delegado e um suplente, definiram uma proposta que tinha como tema “Como Vamos Cuidar do Brasil” e elaboraram um cartaz sobre as propostas para sua comunidade. As escolas mobilizaram aproximadamente seis milhões de pessoas no

debate dos problemas socioambientais, e também na construção de propostas de políticas socioambientais. (MMA, 2005).

Daí emergiram as COM-VIDAs – Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas e os CJs – Coletivos Jovens de Meio Ambiente. As COM-VIDAs buscavam envolver e integrar estudantes do segundo ciclo do Ensino Fundamental com seus professores e a comunidade local na construção de Agenda 21 na escola, enquanto que os **Coletivos Jovens** foram inicialmente pensados como grupos de jovens que estivessem plenamente sintonizados com a temática socioambiental, e que procurassem elaborar estratégias de intervenção nesse campo.

A proposta dos Conselhos Jovens também possuía uma orientação metodológica, fundamentada em dois princípios. O primeiro está diretamente vinculado ao processo de educação que se pretende dentro dos Conselhos. Procurando fortalecer a autonomia e o protagonismo juvenil, pressupõe-se que o jovem deve ser o principal agente realizador de todos os processos. Dentro do que se propõe, onde “Jovem educa Jovem” (MMA, 2005), a ideia consiste em construir um processo que esteja baseado nas experiências dos próprios jovens, constituindo o que se intitula como “Comunidades de Aprendizagem”.

O segundo princípio refere-se ao modo como tendem a se processar os processos decisórios e a própria forma de organização dos Conselhos. Dentro da ideia “Jovem escolhe Jovem” (MMA, 2005), o que se pretende é evitar qualquer forma de imposição externa, deixando a cargo dos próprios sujeitos a organização e a articulação do processo a que se propõe a realizar. A tendência é que a partir desse princípio seja privilegiada a vontade dos próprios jovens, que ao seu modo, constroem a sua história, despertando para o amadurecimento de sua condição dentro da sociedade.

Uma possível interpretação desses dois princípios poderia ser a de que com eles se pretende isolar os jovens das demais categorias e esferas sociais. No entanto, a real pretensão é que seja negada a dependência, mas que seja estabelecida uma relação de parceria. Nesse sentido emerge um terceiro princípio,

afirmado como “Uma geração aprende com a outra” (MMA, 2005). Até mesmo para que os jovens compreendam que a realidade hoje dada é fruto de um processo histórico e que o diálogo aberto tende a possibilitar uma melhor interpretação do mundo e, por conseguinte, uma atuação mais eficaz.

Toda a concepção e estruturação dos Conselhos Jovens foram elaboradas a partir de um processo que envolveu não somente as instituições ligadas à causa ambiental, mas outras organizações que desenvolvem trabalhos com a juventude. Havia inicialmente um impasse quanto à própria nomenclatura dos grupos. Questionava-se o título de “Conselho” uma vez que poderia desvincular-se do sentido e do objetivo real dos grupos, estando também diretamente associado a um momento específico que foi a Conferência Nacional pelo Meio Ambiente. Isso impossibilitava a formalização desse espaço, pois uma vez não institucionalizado, ficaria inviável sua representação.

Tendo em vista a própria dinâmica desses espaços, com pressupostos fundamentados na ausência de hierarquias, já se indicava uma forte perspectiva de coletividade em suas ações e formas de estruturação. Em um certo momento, a situação dos Conselhos já era animadora, “em geral pertencentes a alguma organização social, cultural ou ambiental” (MMA, 2005), com propostas e iniciativas muito bem estruturadas em prol da sustentabilidade.

Em 2004 e 2005, foi realizada uma pesquisa que procurou levantar a situação dos participantes desses grupos. A pesquisa “Perfil e Avaliação dos Conselhos Jovens de Meio Ambiente” foi uma iniciativa do governo federal, por meio dos Ministérios da Educação – MEC e do Meio Ambiente – MMA, elaborada com o apoio do grupo articulado da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente – REJUMA e a participação nacional da Rede Brasileira de Educação Ambiental – REBEA. Tratou-se de um estudo quantitativo e qualitativo realizado com integrantes dos então chamados “Conselhos Jovens – CJs” de todas as unidades federativas no período de dezembro de 2004 a janeiro de 2005. (Brasil, 2006)

A pesquisa constitui um marco divisor para os Conselhos, que a partir daí assumiram a identidade de **Coletivos Jovens de Meio Ambiente**, considerando a

ampliação do movimento para além da Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Com isso emergiam alguns objetivos que iriam fundamentar a ação desses grupos (Brasil, 2006):

- Adensar a temática socioambiental junto a organizações de juventude que atuam com meio ambiente;
- Inserir a pauta ambiental no âmbito de inúmeras organizações de juventude;
- Fortalecer a temática “juventude” junto aos fóruns e às organizações da área ambiental, como as redes de educação ambiental, as entidades do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA;
- Mobilizar e fortalecer a atuação dos jovens na Conferência Nacional do Meio Ambiente, versão adultos, elegendo-se como delegados e delegadas e inserindo propostas e temas de seu interesse nesse debate.

A pesquisa buscou fortalecer os Coletivos Jovens, permitindo o levantamento de informações e dados relevantes para um maior conhecimento do perfil dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente. Entre os aspectos levantados, destacam-se:

▪ Leve predominância de mulheres, 56% contra 44%;
▪ Faixa etária bastante jovem: a grande maioria, 85%, tem entre 14 e 25 anos. Há predomínio de jovens com idade entre 18 a 21 anos, 44%;
▪ Maioria se declara pardos, 55%;
▪ Apresentam bom nível de escolaridade; a grande maioria, 97%, tem pelo menos o Ensino Fundamental concluído. Um terço tem o Ensino Médio concluído, seguido de um terço com curso superior, também concluído;
▪ Maioria concluiu o Ensino Médio em escola pública, 80%;
▪ Predomínio de respostas à pesquisa de jovens das regiões Nordeste, 34%, e Norte, 31%;
▪ A grande maioria é urbana, 95%. Dos 5% rurais, há indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras e jovens de assentamentos;
▪ Predomínio de jovens de capitais, 62%, mas com boa presença de jovens de municípios do interior, 38%;
▪ Um terço exerce atividade informal e, 39%, cursam universidade;
▪ A maioria dos jovens, 51%, pertence a famílias de baixa renda, com ganho de até cinco salários mínimos mensais.

Fonte: Brasil, 2006

A identificação desse perfil se faz necessária na medida em que conhecer os sujeitos envolvidos tende a promover um maior diálogo com os mesmos a fim de aperfeiçoar suas possibilidades. Nesse sentido, a pesquisa também procurou averiguar um elemento muito importante, útil para caracterizar não tão somente os

indivíduos do ponto de vista socioeconômico e cultural, mas também no que diz respeito à perspectiva que elaboram quanto à causa em que estão envolvidos.

Outro aspecto levantado pela pesquisa refere-se à participação dos jovens integrantes dos Coletivos em organizações e movimentos. O envolvimento em ONG's caracteriza a principal via de participação, com 42%, seguido do Movimento Estudantil, com 16% e organizações do Estado com 15%. Isso demonstra a força que o terceiro setor vem adquirindo no cenário institucional brasileiro, enquanto que os espaços estudantis como diretórios, grêmios, centros acadêmicos e outros vem perdendo espaço como via de participação juvenil.

Um aspecto que pode contribuir para o entendimento dessa situação refere-se à própria forma de organização e gestão desses movimentos, semelhantes à de instituições partidárias, com forte presença de hierarquia e disputa de poder, muitas vezes como prioridade em relação à própria ação. Quanto aos temas referentes aos espaços de participação ocupados pelos jovens que declararam se envolver em alguma associação ou movimento situam-se:

Área/Tema	% (sobre o total de jovens que participa de organizações e movimentos)
Meio ambiente	94
Educação	82
Juventude	78
Cidadania	63
Cultura e lazer	57
Política	49
Direitos humanos	47
Esporte	35
Diversidade étnico-racial	33
Gênero	32
Empreendedorismo	30
Questão rural/campo	24
Espiritualidade/religião	17
Outros*	14

\* **Outros:** comunicação, tecnologia, educomunicação, organização social, patrimônio público, pesquisa, festas, protagonismo, participação, recursos hídricos, turismo, urbanismo, saneamento, crianças.

Tabela 3 – Temas dos grupos e associações escolhidas pelos jovens - Fonte: Brasil, 2006

Notado o destaque da área ambiental na atuação dos jovens, também foram levantados os motivos que levam os jovens a atuarem nessa área. Percebeu-se que a identificação e a afinidade destacam-se, com 21%, seguidamente do argumento de ser útil à comunidade e referir-se ao espírito altruísta, com 18%. Em seguida, as respostas “promover mudanças” 16%; trocar experiências e construir novos conhecimentos, 12%. Existem algumas possibilidades para se estabelecer compreensão em relação a esses indicativos. Uma hipótese possível refere-se ao destaque que a causa ambiental vem adquirindo nos últimos anos na mídia, em especial pela emergência de certas problemáticas que vem se tornando insustentáveis, como o lixo e a poluição.

Quanto à maneira pela qual ficaram sabendo dos Coletivos Jovens, indica-se que a Conferência Nacional Infanto-Juvenil foi o principal meio, com 26%. Já 23% responderam que a ciência se deu através de amigos e colegas, enquanto 19% indicaram ter conhecido através de instituições diversas, ONG, escola, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, universidade, dentre outras.

Sobre os motivos que os levaram a participar do Coletivo Jovem, 29% dos entrevistados responderam que se deu em virtude do próprio interesse pela questão ambiental e pela melhoria da qualidade de vida. Outros três aspectos ganharam destaque, com 14% cada entre as respostas. O primeiro refere-se à relação entre os temas da juventude e meio ambiente. Em seguida, a possibilidade de realizar e participar de atividades de educação ambiental, juntamente com o princípio “jovem educa jovem”. Isso demonstra não somente uma clareza dos envolvidos em relação ao fim dos Coletivos, mas também sua preocupação com o meio pelo qual o atingiram. Demonstra que a maneira pela qual se propõe a realizar o processo de intervenção é fundamental, convergindo para uma situação de autonomia e protagonismo.

Nesse sentido, o que se percebe é que o surgimento dos Coletivos Jovens reforçou a viabilidade de uma articulação bem sucedida dos projetos de educação

ambiental com jovens, tendo como base princípios, maneiras de gestão e metodologias que se diferenciam das propostas tradicionais, que muitas vezes simplificam a juventude, muito semelhante ao instrucionismo escolar, e que pouco considera da diversidade juvenil hoje existente.

Essa experiência comprova que alguns princípios passaram a ser pauta dos projetos de educação ambiental com a juventude. Primeiramente, passa-se a considerar a complexidade da realidade atual e de suas temáticas, bem como a própria diversidade juvenil e as diferentes propostas de educação ambiental. Isso acaba por seguite viabilizando a reconstrução da visão, muitas vezes estereotipada que se tem dos jovens. Em seguida emerge a possibilidade de empoderamento da própria juventude e de suas respectivas organizações. Abrem-se espaços e oportunidades para a construção de processos com os jovens envolvidos, com foco na prática da cultura de redes estimulando ações de caráter cooperativo e com fluxo livre de informações.

E é justamente na caracterização de uma rede que a proposta dos Coletivos Jovens ganhou força e destaque, na consolidação da REJUMA – Rede da Juventude pelo meio Ambiente e Sustentabilidade. Essa possibilidade fortaleceu a articulação dos Coletivos em torno de questões comuns, bem como viabilizou a troca de informações e experiências. Caberá, portanto, na parte seguinte deste trabalho explicitar a relevância dos projetos que se organizam em redes, dando destaque e caracterizando a REJUMA.

### **3.2 Articulação em Rede**

“Rede é um conjunto de nós interconectados.  
Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta”  
(Castells, 1999. p.498)

Segundo Oliveri (2002), o conceito de redes consiste em “sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins. Estruturas flexíveis e estabelecidas

horizontalmente, as dinâmicas de trabalho das redes supõem atuações colaborativas e se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional para a estruturação social.” (p.1)

A ideia das redes adquiriu força e destaque nas últimas décadas, caracterizando uma importante possibilidade de articulação social de grupos e associações. Não marcadas pela territorialidade, fundamentadas muitas vezes em princípios e visões de mundo alternativos, as redes se tornaram um interessante meio de militância, tendo na internet um considerável instrumento de organização de comunicação. Os indivíduos se unem e se organizam em torno daquilo que julgam pertinente, no livre exercício da cidadania.

Em meio à sociedade civil, dentro de um campo de forças sociais diversas, representando a multiplicidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, tem sido cada vez mais frequentes redes que elaboram iniciativas em nível local, regional, nacional e até internacional com foco em iniciativas e projetos comuns em torno da questão da cidadania. Graças ao seu desenvolvimento surgem inúmeras alternativas para a própria sociedade

É notável a crescente aproximação entre os movimentos sociais de base locais, gerando cada vez mais a percepção sobre a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na sociedade, focalizando o fortalecimento da cidadania. Tal como afirma Scherer-Waren (2006):

As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações –, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural. (p.115)

Em busca da consolidação da cidadania real, emergem inúmeras causas. Entre elas a ambiental. A dimensão ambiental tem criado interface com outras áreas e dinâmicas estimulando o engajamento de grupos socioambientais, científicos,

movimentos sociais e empresariais, nos quais o discurso do desenvolvimento sustentável vem assumindo um destaque significativo na pauta dos diversos setores.

No que diz respeito ao interesse da opinião pública a temática ambiental tem representado um importante incentivo para a expansão das organizações ambientalistas. O socioambientalismo tem se tornado parte de um universo cada vez mais amplo de organizações não governamentais e movimentos sociais. Isso vem acontecendo na medida em que os grupos ambientalistas vão influenciando diversos movimentos sociais que embora não tenham como seu eixo central a problemática ambiental, incorporam gradativamente a proteção ambiental como uma dimensão relevante do seu trabalho. (Jacobi, 2003)

Retomando a temática aqui discutida, nota-se que é crescente a articulação e o fortalecimento no Brasil de um movimento de juventude pelo meio ambiente, com boa capilaridade, uma vez que está presente em todas as federativas do país e suas capitais, organizadas em Coletivos Jovens de Meio Ambiente – CJs. Os Coletivos articulam-se numa rede nacional em expansão - a REJUMA. Muitas foram as conquistas obtidas pela rede. Em primeiro lugar destacam-se:

- a consolidação e a expansão dos Coletivos Jovens de Meio Ambiente (CJs) pelo país, ampliando-se para diversos municípios brasileiros;
- a criação de diversas redes regionais, estaduais e locais de juventude pelo meio ambiente; o desenvolvimento do Projeto Geo Juvenil Brasil, sistematizando impressões de jovens envolvidos na área;
- a realização de Encontros Nacionais, Regionais e Estaduais de Juventude pelo Meio Ambiente, reunindo jovens atuantes e fortalecendo o movimento;
- a disseminação de publicações voltadas para a criação de Coletivos Jovens e de subsídios à políticas públicas na área (Manual Orientador para CJs e livro "Juventude, Cidadania e Meio Ambiente");
- a consolidação do Conselho Nacional de Juventude, com assento da REJUMA e criação de conselhos estaduais e municipais com abertura para a área ambiental;

- a realização do Pró-Jovem, programa de formação de jovens com ensino fundamental incompleto, com alguma inserção da temática ambiental;
- a ampliação do número de organizações para com juventude incorporando a pauta ambiental. (Carvalho, 2006)

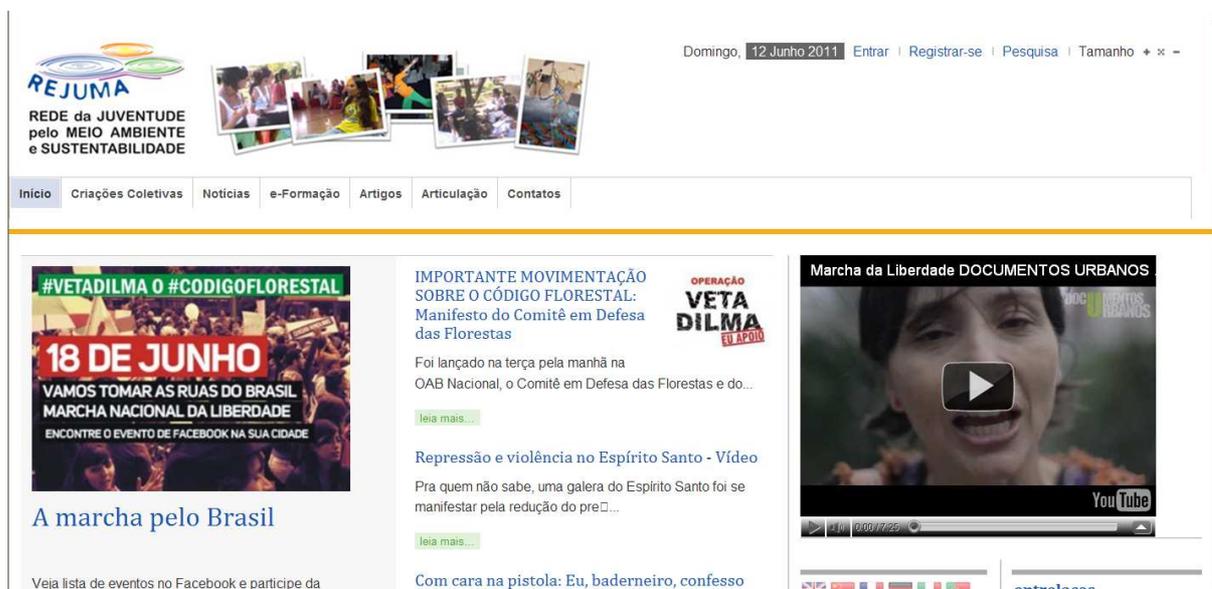


Figura 3 - Sítio da REJUMA – [www.rejuma.org.br](http://www.rejuma.org.br)

Além de configurar como campo atraente entre os jovens, o elemento tecnologia tem sido um importante instrumento no processo de articulação da REJUMA. Através de seu sítio na internet, e de seus perfis nas redes *facebook* e *twitter*, diversas iniciativas já foram possíveis. Também se destacam possibilidades como a WikiRejuma, já citada anteriormente, bem como a abertura de espaços para publicação de eventos, materiais e projetos. Também existem os fóruns de discussão, onde são estabelecidos os processos de intervenção e seus princípios norteadores.

A mais recente iniciativa divulgada e promovida pela Rede é o manifesto contrário à aprovação do Código Florestal que tramita no Congresso Nacional. Além de protestos nas redes sociais, a campanha também se destina a estimular marchas presenciais nas diversas cidades, além de outros eventos, os quais caberão aos Coletivos Jovens organizar de acordo com as realidades locais.

Tomando como referência as informações atuais, a tendência é que as ações na área de Juventude e Meio Ambiente avancem, criando espaços e oportunidades reais, e facilitando processos de reflexão sobre o papel dos cidadãos e das organizações no mundo atual. A compreensão de que a questão socioambiental é por si só um causa que contempla e dirige a uma visão mais ampla da sociedade, o campo também tem servido como uma alternativa de participação para a juventude, na medida em que amplia concepções, expande ideias e visões de mundo, questiona e propõe novos valores, levando os sujeitos a perceberem e integrarem diferentes assuntos, questões e problemas ambientais.

### **3.3 Coletivo Jovem - GO: Politicidade Via Meio Ambiente**

A presente etapa do trabalho foi colocada em último lugar não obstante pela sua importância, mas porque caberá aqui estabelecer a relação entre todos os elementos abordados anteriormente, na análise do objeto central da pesquisa: o Coletivo Jovem de Goiás. Tendo em vista que o objeto de pesquisa está diretamente inserido em um conjunto de relações sociais, não caberia, portanto, uma metodologia que se fundamentasse essencialmente em aspectos quantitativos e objetivos. Isso se justifica justamente pela carga subjetiva em que as relações sociais estão dotadas em sua dinâmica concreta. Além disso, todos os conceitos fundamentais da pesquisa necessitam ser aplicados e analisados sob uma perspectiva forneça inovação, frutificada de uma investigação que vá além de observações simplistas. (Rey, 2005).

Uma vez que a construção da informação se fundamentou no aspecto crítico e reflexivo dos sujeitos, considerou-se a importância de não se “dogmatizar” as relações sociais e os fatos analisados a partir de uma iluminação teórica, numa atitude de enquadramento. O que se pretendeu foi colocar a teoria a serviço da interpretação da realidade e não de restringir os aspectos empíricos aos princípios teóricos. O processo de investigação foi realizado a partir de uma iniciativa de comunicação, na abertura do diálogo e construção mútua.

O objetivo foi, de fato, gerar “novas zonas de sentido” em relação ao objeto estudado. (Rey, 2005). A compreensão dos jovens a partir do espaço de disputa e discussão política, especificada na dimensão ambiental, como aqui será demonstrado, fortalece o rompimento com determinados paradigmas que tendem a situar os jovens como sujeitos coadjuvantes das trajetórias políticas da realidade social.

Considerando a natureza do objeto pesquisado, todos os conceitos fundamentais da pesquisa foram investigados e analisados sob uma perspectiva que fornecesse inovação, frutificada de uma investigação que vá além de observações simplistas. Para que fosse possível atingir os níveis consideráveis de capacidade para interpretação dos aspectos subjetivos, fez-se necessário que todo o processo metodológico perpassasse a reflexividade a respeito do que se foi obtido.

Ao longo dos últimos quatorze meses, houve a aproximação entre pesquisador e objeto, através de encontros na cidade de Goiânia-GO. Os encontros serviram para o estabelecimento do diálogo presencial, com a realização de entrevistas abertas e semi-estruturadas, feitas com lideranças do Coletivo. Com esse instrumento buscou-se captar a essência do discurso e os aspectos subjetivos dos relatos dos jovens em relação às práticas vivenciadas no coletivo e na própria Rede. Formalmente, foram entrevistados três integrantes do Coletivo Jovem-GO.

Além disso, para uma perspectiva mais embasada de análise, a pesquisa também se fundamentou em outros dados que buscaram complementar determinadas categorias e aspectos discutidos no referencial teórico. Foi feito também um acompanhamento constante nos meios de comunicação do CJ, em especial o blog <http://coletivojovemgoias.blogspot.com>, por onde se obteve grande parte das informações referentes a atuação cotidiana do grupo.

Sendo assim, serão aqui apresentados alguns resultados obtidos na exploração do grupo estudado. Primeiramente será apresentado um breve histórico acerca do Coletivo Jovem –GO e seu envolvimento com a REJUMA. Em seguida, através do relato feito pelas lideranças nas entrevistas, serão levantados alguns

aspectos que buscarão evidenciar as características da atuação do CJ, bem como os aspectos que constituem sua interface com a dimensão da politicidade.

O Coletivo Jovem de Meio Ambiente de Goiás, assim como outros vários Cj's espalhados pelo Brasil, foi criado em 2003 durante a I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente – CNIJMA, promovida pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Educação (MEC). Os jovens dos CJs foram corresponsáveis pela organização de todo processo de conferência no estado de Goiás, seguindo os princípios estabelecidos no mesmo evento, e aqui já destacados.

A atuação em rede a articulação dentro dos diversos níveis está explicitada no Blog do CJ-GO:

Atuar em Rede faz parte do cotidiano deste coletivo, por isto CJ-GO é articulado na Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade - Rejuma e também é elo da Rede de Educação e Informação Ambiental de Goiás – REIA-GO , da Rede de Educação Ambiental do Cerrado – Reacerrado e da Rede Brasileira de Educação Ambiental – Rebea , além de compor em diversos espaços de articulação da Educação Ambiental (EA) em Goiás, como a Comissão Organizadora Estadual - COE, responsável pelas Conferências Infanto-Juvenis pelo Meio Ambiente no estado e a Comissão Estadual Interinstitucional de Educação Ambiental de Goiás – CIEA.

O CJ-GO trata a Educação Ambiental como eixo-condutor num processo de transformação de indivíduos e coletivos, potencializando, fomentando e fortalecendo as diversas juventudes do estado, na construção de espaços concretos de articulação e mobilização destes atores sociais em prol de um mundo sustentável. Este trabalho vem se dando principalmente na construção de Coletivos Jovens Locais no interior do Estado.

<<http://coletivojovemgoias.blogspot.com/p/sobre-o-cj-go.html>>. Acesso em 10/06/2011.

Na lista de atividades e eventos realizados pelo CJ-GO, seguem aqueles que foram destacados pelas lideranças contatadas:

- Encontros de Juventude pelo Meio Ambiente de Goiás:
  - - 1ª edição, em Goiânia (2006);
  - - 2ª edição em Silvânia (2007);
  - - 3ª edição novamente em Goiana, integrado ao I CONGEA (2008);
  - - 4ª edição em Anápolis (2009);

- - 5ª edição em Rio Verde (2010).
- I e II Conferência Estadual Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, junto à SEDUC-GO, SEMARH-GO, IBAMA e Fórum de ONG's Ambientalistas;
- I, II e III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente;
- Encontro Nacional "Os Olhares da Juventude sobre o Tratado de Educação Ambiental", preparatório para o VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, Pirenópolis (GO), em 2007;
- Programa "Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas", capacitando mais de 400 escolas de todo o estado de Goiás desde 2003, formando as "Com-Vidas" e a Agenda 21 nas Escolas;
- Coordenação da Rede de Educação e Informação Ambiental de Goiás (REIA-GO), de 2007 até os dias atuais;
- I Congresso Goiano de Educação Ambiental, com mais de 1000 inscritos de todas as regiões do Estado e visitantes de diversos Estados Brasileiros, na UFG.
- Encontros Nacionais de Juventude pelo Meio Ambiente (2006, 2007, 2008, 2009 e 2010);
- V e VI Fórum Brasileiro de Educação Ambiente (2004 e 2009);
- Acompanhamento cotidiano das Redes de Educação Ambiental e Popular e diversos eventos a nível local, estadual e nacional.

Além das informações acima, os encontros e entrevistas com as lideranças do CJ-Go permitiram a constatação de elementos fundamentais que a caracterizam o processo de articulação do grupo, bem como os princípios orientadores de sua ação. Com base no discurso das lideranças contatadas, serão levantados aspectos de relevância para a análise de relação entre campo ambiental e politicidade. Das lideranças envolvidas, serão utilizados trechos das entrevistas de três jovens: Thaís Cruvinel, articuladora do CJ-GO; Maíra Cruvinel, coordenadora de comunicação do CJ-GO; e Givago Barbosa, coordenador de formação do CJ-GO.

Um primeiro aspecto a ser levantado diz respeito ao envolvimento prévio das lideranças em espaços que em tese proporcionam um envolvimento com a prática da cidadania, através do debate político e social. Para isso, questionou-se o

envolvimento em outros grupos, anteriormente à entrada no Coletivo, bem como se deu sua chegada até o mesmo, onde foram obtidas as seguintes respostas:

Particpei de Grêmio Estudantil quando estava no Ensino Fundamental durante um ano apenas e particpei de Grupo de Jovens da Igreja. [...] Eu fiz saneamento ambiental no CEFET e alguns colegas de turma participavam do CJ na época e daí eu resolvi fazer parte.

**Thaís (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

O CJ eu conheci porque a minha irmã Thaís entrou e a partir disso eu fui conhecendo o Movimento, fui andando com as pessoas, porque eu sempre estive muito com ela e fui me interessando pela causa. E passou um ano e meio mais ou menos que eu entrei formalmente pro Coletivo.

**Maira (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

Há três anos teve uma notícia na escola que teve uma oficina da comissão de meio ambiente e da qualidade de vida nas escolas e quem estaria fazendo essa oficina seria o coletivo jovem de meio ambiente. Na época era localmente, eu não conhecia os meninos aqui de Goiânia. E foi no coletivo Jovem de Meio Ambiente lá de Rio Verde, de onde eu era. E foi assim, uma experiência muito transformadora e impactante porque até então eu não tinha ouvido falar de política de meio ambiente nem de educação ambiental e de nenhum dos processos político-pedagógicos, digamos assim, que foram usados na oficina e me interessou muito. Desde então eu comecei a participar das reuniões.

**Givago (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

Nesse primeiro aspecto o que se indica é que a sensibilização com a causa ambiental se deu de maneira prévia, anterior ao grupo. Mas tal como relata Givago, o envolvimento com os aspectos políticos e sociais que circundam a questão ambiental se deu em virtude do CJ, o que pode ser um forte indicativo de que a tomada de consciência política por parte do mesmo tem forte relação com a participação no grupo. No caso de Thaís, apesar de já ter participado do Grêmio Estudantil, seu envolvimento prático com processos políticos se fortaleceu graças ao envolvimento no CJ.

Apesar disso, não se pode afirmar com plena certeza que foi graças ao envolvimento na causa ambiental que os jovens tiveram um aumento de sua percepção e inserção no debate político. Porém, é inegável que o fato de estarem no Coletivo contribui diretamente para essa questão. Para se concluir a respeito do que veio primeiro, a consciência política ou o envolvimento com a causa ambiental, outros fatores precisariam ser considerados, diretamente ligados a trajetória

particular da vida de cada um dos jovens, bem como as atribuições de sentido que os mesmos dariam a cada experiência que tiveram, sem talvez chegar a uma conclusão precisa e exata.

Dessa forma, o que aqui será considerado é que, de fato, o envolvimento com o CJ proporcionou uma maior tomada de consciência e atuação política, indicando a presença do primeiro elementos constitutivo da politicidade, que é sua capacidade crítica, percebida mediante o relato que se segue:

[...] falar de questão social hoje já não é social, é socioambiental. A pessoa começa a enxergar que sempre teve aquilo na vida dela só que ela não sabia como atuar e como participar naquilo. A partir do momento que ocorre essa transformação, ela quer participar, ela quer ajudar a disseminar aquilo e transformar aquelas ideias e colocar as ideias dela também em prática, no que ela se sente disponível a transformar junto com a educação ambiental. Pra mim a educação ambiental é acima de tudo uma ferramenta transformadora de cidadãos.

**Givago (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

Destaca-se também, em especial pelo relato do jovem Givago, a clareza que se tem a respeito do modelo de educação ambiental a que o grupo se propõe realizar, convergente com as linhas críticas e emancipatórias de educação ambiental. No que diz respeito às características dos processos que se desenvolvem no interior do Coletivo, foram destacados pelas lideranças alguns momentos marcantes, bem como relatada a maneira pela qual se organiza o processo associativo. E nisso são contemplados alguns elementos constituintes da politicidade, como a autoria, o processo de educação crítica e transformadora, bem como o associativismo democrático:

**Como você se tornou coordenadora? (Pesquisador)**

No último encontro, no 5º Encontro, sempre tem uma reunião, em todos os encontros tem, onde se avaliam a coordenação, decide se vão continuar ou não e se não escolhem outros coordenadores.

**Maíra (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

**Como é essa escolha, é informal? (Pesquisador)**

É informal. As pessoas fazem o diálogo, a conversa, e cada um dá a sua opinião dos municípios que estão lá presentes.

**Maíra (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

Esses termos mesmo, coordenador, presidente, não tem uma relevância no CJ porque pra gente ver mesmo como isso acontece na prática: no encontro estadual eu era o coordenador e quem praticamente me ajudou e fez a metodologia foram a Thaís, a Maíra e o João. Que praticamente trouxeram

a metodologia pronta e nós começamos a atuar. Quem mexeu com a parte de estrutura, financiamento, essas partes mais burocráticas foi o pessoal de Rio Verde que organizou. Então, esse processo ele também é muito libertário para o jovem. Porque a partir do momento que você entra numa organização horizontal, você tem um espaço muito grande para mostrar aquilo que você pensa e de não ser criticado se tiver errado. Você é colocado num caminho de aprendizado, mas você não é criticado por aquilo. Você passa por um processo de educação, reeducação muito importante porque ali não tem uma pessoa falando “oh você tem que fazer isso”, “agora você vai fazer isso”. É sempre aberto pra você mostrar suas ideias, mostrar sua opinião e falar: “oh, isso eu não concordo, vamos tentar fazer desse jeito?” Colocar de uma forma que você acha e ajudar no grupo, no coletivo mesmo. Pra mim foi importante essa coisa do CJ porque me ajudou a me socializar com outras pessoas, meio que me colocar como agente social, socializar com o meio.

**Givago (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

Ainda com relação ao processo de educação que se realiza dentro da experiência do Coletivo Jovem-GO, destaca-se a utilização do blog como ferramenta de divulgação e elaboração dos materiais e projetos construídos. Não somente através dos diversos textos e artigos que são publicados no sítio da REJUMA, mas também por meio das atividades internas relatadas pelos jovens, o que se nota é que há uma considerável possibilidade de fomento da autoria:

[...] passei por um processo de transformação dessa coisa que eu era muito retraído, tímido, não tinha muita atuação, muita conversa. Depois que eu me envolvi no CJ eu passei a ter vontade de escrever sobre o que eu pensava, de querer atuar, de perguntar para as pessoas coisas para eu poder escrever depois. Então, eu acho que essa coisa do espaço é muito importante.

**Givago (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

[...] Essa coisa do blog, ela mostra, se você olhar o blog do CJ, ela mostra bem como é nossa realidade mesmo. Lá tem texto de todo mundo, artigo de todo mundo. E não tem uma denominação da coordenadora de comunicação: você vai fazer matéria sobre determinado assunto. É espontaneamente. De vez em quando eu vejo: ah, esse blog está meio parado aí eu top sem idéia. De repente vem alguém e posta uma coisa lá e eu vejo depois. Funciona assim, tudo no CJ, não só no blog, mas funciona assim, muito voluntariamente, todo mundo é muito autônomo para fazer aquilo que tem em mente.

**Tháís (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

Esse aspecto culmina na consolidação de um elemento central na constituição da politicidade, que é a autoria. Pelos relatos descritos, constata-se que as experiências proporcionadas pelo CJ tem dado aos jovens a oportunidade de se construírem enquanto autores, donos de ideais próprias, em negação a uma perspectiva instrutivista, em busca do desenvolvimento de sua habilidade criativa.

Além disso, cria uma nova percepção do uso das tecnologias, concebidas como recurso de promoção e divulgação do que se produz. Tanto no portal REJUMA quanto nos blogs, todos podem ser autores, divulgando seus trabalhos. E aí, o que vale não é o argumento de autoridade, mas sim a autoridade do argumento. Estimulando o valor do conteúdo por si só e não pela posição de quem a escreveu.

A independência e protagonismo acabam por atingir outras esferas do CJ. Nota-se que os processos de gestão e organização são percebidos pelos jovens dentro de uma concepção de autonomia, sem interferência externa. Ainda nesse aspecto, chama a atenção o fato de que os Coletivos Jovens, embora tenham partido de uma iniciativa governamental, se caracterizam como um espaço de crítica e cobrança do próprio Estado. Nesse aspecto se enquadra outro elemento da politicidade, que é justamente a qualificação do Estado. Os jovens se posicionam de maneira autônoma perante o Estado, embora ainda busquem parceria na esfera institucional:

[...] De fora tem basicamente a Secretaria de Educação, por meio do núcleo de Educação Ambiental que sempre são parceiros. A SEMAR que geralmente nos apóia. E tínhamos o IBAMA até certo tempo mas depois teve uns problemas e a gente rompeu a parceria com o IBAMA. O IBAMA nos cedeu uma sala durante 4 anos e depois eles pediram a sala. Estamos sem espaço físico já faz mais de um ano. [...]

**Thaís (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

Quando questionados a respeito da relação com partidos políticos, e sua participação nas últimas eleições, e a pauta ambiental, o relato foi o seguinte:

A característica do CJ é ser um movimento apartidário. Então, enquanto coletivo a gente não se posicionou nem em nível estadual nem nível nacional. Mas, a gente é apartidário, mas não é apolítico. A grande maioria de nós éramos Marineiros, éramos do Movimento Marina Silva e tentamos ao máximo não influenciar o CJ nisso. Onde a gente ia, éramos o CJ, individualmente a gente trabalhava em prol da campanha da Marina Silva. No aspecto ambiental eu acho que a discussão ficou muito vaga ainda, mas pelo menos houve alguma discussão e isso se deu principalmente pela candidatura da Marina Silva porque se não fosse a candidatura dela, a questão ambiental não seria nem discutida. Então a candidatura dela teve essa relevância no meu ponto de vista pessoal de trazer a questão ambiental a tona para a gente discutir porque dificilmente essa questão é levantada e depois dela, depois daquela expressiva votação que ela teve, todo mundo ficou verde: o PT ficou verde, o PSDB ficou verde, o discurso ficou uma gracinha, mas na prática a gente sabe que não costuma ser feito isso. Acho que houve um crescimento da área ambiental nesse último

governo por ser um governo mais participativo, mais aberto. [...] As conferências por si são o meio de ouvir a população e geralmente não se tinha essa prática nos outros governos. [...]

**Thais (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

[...] a Rejuma [...] foi uma organização que nasceu dentro de uma política pública do governo, mas que hoje em dia já praticamente expandiu num nível muito maior do que poderia acontecer se continuasse naquela coisa ali de governo. Então acho que a partir do momento que se tornou uma rede nacional de jovens do movimento social, porque inclusive a maioria dos CJ que se organizam a partir dos pressupostos da horizontalidade não se institucionalizou, não pegam CNPJ e continuam como Movimento Social. Então acho que a partir dessa forma de organização há o espaço do crescimento, porque se você focaliza ali naquela hierarquia, naquela institucionalização, você dá espaço para pessoas vieram ganhar proveito em cima daquilo, nome em cima daquilo e o trabalho vem se perdendo nesse tempo. A gente tem exemplos de organizações que se perderam nisso, mas eu acho que pro CJ não corre mais esse risco mais, porque enraizou, que é um termo que a gente usa muito. A gente já está enraizado com esses ideais da juventude de meio ambiente então acho que a gente não corre risco de morrer. [...] hoje o CJ já não é mais uma política pública, a gente não recebe mais apoio financeiro, nem moral, nada. Tá difícil até de conversar. A gente ainda tem alguma relação geralmente tem algum apoio institucional principalmente do Ministério da Educação, às vezes do Ministério do Meio Ambiente, mas assim, já deixou de ser uma política pública há muito tempo. Durou enquanto a primeira conferência durou. E depois disso decidiram continuar existindo então acho que a mudança de governo não vai influir na existência dos CJ. Ela pode influenciar talvez na sua atuação, porque pode dificultar um pouco.

**Givago (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

Se perceberem enquanto uma iniciativa que independe do Estado, contribui para o fortalecimento de uma perspectiva autônoma dos sujeitos envolvidos no processo. Tal como afirmaram, apesar de qualificarem as posições dos partidos e do próprio Estado, o CJ existe de maneira independente, mantendo relações com o poder público, mas sem qualquer vínculo que condicione sua atuação. Algumas iniciativas do CJ-GO se voltam para a proposição de interferências nas próprias políticas públicas. Momentos de reflexão e debate foram transformados em iniciativas concretas, tal como relatou a jovem Maíra:

A última grande coisa que a gente fez foi o 5º Encontro Estadual. Pelo 5º ano consecutivo a gente realizou o encontro de Juventude e Meio Ambiente aqui em Goiás. O último foi em Rio Verde, coordenado pelo Givago. E a gente teve lá cerca de 70 pessoas como público participante, de maneira atípica, porque geralmente nossos encontros tem 100, 200 pessoas. Cada encontro é uma realidade diferente. Esse encontro foi metodologicamente muito rico, o mais rico que a gente fez até agora. A gente trabalhou os eixos que a gente se organiza. A gente tem feito agora reuniões semanais com o núcleo de comunicação. E tem se preparado para construir esse Programa de Juventude e Meio Ambiente para torná-lo uma política pública de juventude meio ambiente no futuro. Então nossos esforços agora estão concentrados nesses aspectos. [...] A gente está construindo esse

documento e a gente pensa em dois caminhos para viabilizá-lo. Um é estrategicamente conversar com gestores da área, gestor de juventude no estado, o gestor de educação no e o gestor de meio ambiente. O outro caminho seria por meio políticos mesmo, um deputado levar essa proposta para ser aprovado como lei na assembléia.

**Maira (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

O conjunto dos relatos aqui descritos leva a uma percepção animadora dos jovens em questão, quando tomada como princípio uma proposta de educação ambiental crítica e transformadora. O que se nota é que participar e se envolver com a causa ambiental ultrapassa as dimensões intimistas, alcançando níveis complexos de repercussão social. Porém, esse alcance certamente só faça sentido se considerarmos que o envolvimento dos jovens com o CJ e, conseqüentemente, com os debates políticos, está sendo movido a partir de um forte vínculo idealista e pessoal.

A dimensão lúdica é parte integrante, não somente do discurso, mas em especial das experiências e dos materiais construídos no interior dos CJ's. Por meio das oficinas, dos vídeos e dos elementos artísticos construídos e publicados, isso pode ser percebido. Todos nós, seres humanos, tendemos a ser movidos por elementos que ultrapassam a racionalidade, seja em qualquer esfera da vida social. Em especial se tratando de jovens, os aspectos motivadores que habitam o campo dos sonhos e ideais tendem a ganhar ainda mais força.

É interessante notar, por meio do discurso constatado, que participar dos CJ significa muito para os jovens que lá estão. Não é apenas um “estar”, uma atividade pontual. Muitos jovens depositam ali boa parte de seu projeto de vida. Por meio da experiência no CJ, identificam possibilidades de vida, caminhos profissionais, realizam sonhos e elaboram princípios norteadores de sua ética pessoal. Tal como afirmam os jovens em seus relatos:

Praticamente na primeira reunião que eu participei no CJ foi mais para implicar com um amigo meu que a gente tinha discutido. Eu não conhecia aquele Movimento. O assunto de um jovem falando lá na frente que me chamou atenção na hora. Então assim, uma coisa que eu tinha ido só porque o coleguinha vai, naquela hora me transformou. Então foi muito importante porque a partir daí eu comecei a pensar no meu caminho. O CJ ele te incita muito a isso, a pensar pro seu futuro, o que você quer para a vida. Eu sempre fui apaixonado por história e descobri a pouco tempo que tem história ambiental. E comecei a pesquisar o que era e descobri que na

Universidade Federal de Goiás já tem um núcleo de história ambiental e professores que eram formados no exterior e que dão aula aqui hoje. Então foi um caminho que eu quero me especializar nisso que é história ambiental.  
**Givago (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

O CJ influencia na minha vida assim em questão de ideias, do que fazer e do que não fazer no mundo em questões gerais. E pessoalmente influencia em tudo porque aqui a gente amigos, a gente conhece novas coisas, vai passando a ter uma ideia mais geral do mundo. O CJ foi isso pra mim, passou a me dar uma ideia mais meio fora da janela, sabe, uma coisa de dentro.

**Maíra (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

Participar do CJ é, pra mim, um meio de crescimento pessoal, meio onde eu aprendo, uma forma que eu possa construir um eu diferente. Esse é o principal ponto que me mantém no CJ. E o segundo ponto é de construir uma sociedade diferente. Quer dizer, ao me transformar, eu acredito que a gente pode transformar também a sociedade, que a gente pode construir uma sociedade mais sustentável, um planeta mais equilibrado a partir da premissa de agir localmente mas pensando globalmente. A nossa ação pequenininha aqui pode ter um efeito no mundo como um todo é isso que me mantém, que me sustenta na militância.

**Thaís (Entrevista realizada pelo pesquisador)**

Os relatos acima comprovam a forte ligação entre o envolvimento dos jovens com o CJ e suas perspectivas de vida. Isso agrega um valor simbólico considerável ao grupo, não sendo caracterizado como apenas mais um espaço juvenil, mas sim como um espaço de formação e reconstrução do próprio sentido que os jovens atribuem as suas próprias vidas. Por isso se considera que é uma experiência de negação da pobreza política. Ali, os sujeitos se sentem autores, condutores de sua própria história. Sentem-se capazes e se capacitam para cada vez melhor atuarem naquilo que se propõe.

A escolha da realidade do Coletivo Jovem de Goiás, buscando evidenciar a relação entre campo ambiental e politicidade, foi proposital. Outros grupos poderiam ter sido averiguados, podendo corresponder de maneira até mais eficaz para a comprovação da hipótese de que o campo ecológico pode ser um instrumento relevante como espaço de formação da politicidade. Assim como também seria possível constatar a existência de grupos que se fundamentam em perspectivas mais individualistas e conservadores em relação à Educação ambiental. No entanto, o acompanhamento e a sondagem prévia indicavam que as experiências desenvolvidas pelo CJ-GO apresentavam sinais de que o processo ali realizado tinha forte vínculo com os elementos constitutivos da politicidade.

Alguns desses elementos puderam ser comprovados mediante um aprofundamento a respeito das ações do grupo, e principalmente pelo discurso das lideranças que participaram da pesquisa. Tratando-se de uma pesquisa no campo das ciências sociais e da educação ambiental, não se pode afirmar categoricamente que os indicativos aqui apresentados são precisos e permanentes. Trata-se de um recorte dentro do amplo conjunto das relações sociais, que permite vislumbrar novas perspectivas a respeito do papel do jovem na sociedade.

## CONCLUSÃO

Ao chegar ao final deste trabalho, o que se indica é que a juventude será sempre um objeto inacabado de estudo e compreensão. Estudar o jovem é algo pontual. Pode ser que todas as abordagens aqui construídas sejam, um dia, apenas referenciais para se compreender um momento passado da história. Talvez, um dia ao se referirem à modernidade, os estudiosos dirão que foi apenas mais um dentre os diversos estados da corrente veloz das modificações nas estruturas e relações sociais.

Quem sabe um dia, a internet e as redes sociais terão sido apenas algumas dentre as ferramentas que ficaram no passado, e que influenciaram no modo de agir do homem na sociedade. Pode ser que conceitos como autonomia e protagonismo cheguem a ser uma constante e não mais uma busca. Enfim, não sabemos ao certo o que serão dos temas aqui desenvolvidos num futuro próximo ou distante.

Porém, o que o presente trabalho possibilitou constatar é que todos esses temas fazem muito sentido e estabelecem profunda relação, dependendo das experiências sociais que são criadas, como é o caso da que aqui foi apresentada. E esse foi o objetivo deste trabalho: estabelecer a partir de uma experiência a relação entre juventude, modernidade e tecnologia, cidadania e meio ambiente.

Não se pretendeu aqui estabelecer afirmações precisas e indiscutíveis. O objetivo consistiu em, a partir de uma experiência pontual, demonstrar como os jovens são capazes de fomentar a politicidade, a partir de um vínculo com o campo ambiental. E isso foi demonstrado. Não foi ambição da pesquisa, afirmar que o Coletivo Jovem, atuando no campo ambiental, é o responsável pela formação política dos jovens. Seria muita pretensão, uma vez que a consciência crítica pode se desenvolver através de várias vias. No entanto, o que se constatou foi que, dentro de uma experiência com os princípios norteadores nos quais se baseiam os CJ's, o campo ambiental por ser sim uma possibilidade de construção de fortalecimento dos aspectos constituintes da politicidade.

No que diz respeito às possibilidades oferecidas e vivenciadas dentro dos Coletivos como um todo, e em especial no CJ-GO, as principais questões destacadas são:

- Atualmente os Coletivos Jovens de Meio Ambiente caracterizam uma possibilidade concreta de envolvimento da juventude com questões pertinentes da vida em sociedade;

Muitos jovens encontraram nos Coletivos uma forma de participação social, que apesar de ter como foco a dimensão socioambiental, foi possível estabelecer vínculo com outras perspectivas e esferas sociais.

- A atuação em rede, com forte utilização da tecnologia, além de criar identificação com os jovens, fortalece a articulação e a ação;

Em tempos de modernidade, indica-se para a individualização e para o enfraquecimento dos vínculos sociais. No entanto, a experiência dos Coletivos Jovens demonstra que parte dos jovens busca, através de novos meios, a conexão com outros sujeitos que se identificam com suas causas. A REJUMA é prova do interesse dos jovens ambientalistas em se manterem vinculados, organizando ações comuns em diversos âmbitos.

- Existe uma proposta clara de educação ambiental, dentro do Coletivo Jovem de Goiás, que converge para o fortalecimento dos aspectos constitutivos da politicidade;

Pelo discurso dos sujeitos pesquisados, constatou-se a busca do fortalecimento da relação entre ecologia e cidadania. Os próprios jovens creem nessa relação, julgando que o interesse pela causa ambiental significa ser cidadão e que mudanças passam não somente pela esfera individual, mas em especial pela social.

- O envolvimento com a causa ambiental, através do CJ, promove a negação da pobreza política, em especial pela capacidade de organização autônoma;

O modelo de gestão e organização promovido pelos jovens participantes do CJ-GO converge para uma perspectiva que exclui a possibilidade de dependência. Os jovens são os próprios responsáveis pelos processos que ali se realizam, construindo relações fundamentadas na igualdade, sem hierarquia ou imposição de ideias.

- A experiência no CJ-GO promove e estimula a autoria, nega o instrucionismo e, portanto, fortalece a politicidade;

Tal como pode ser constatado pelo relato dos jovens, a caminhada dentro do CJ-GO deu aos mesmos a possibilidade de desenvolverem textos, vídeos e materiais próprios, promoverem sua capacidade de criação, tendo espaços de demonstrar e partilhar o que realizam. Isso gera, não somente um notável crescimento pessoal, bem como fornece bases de referência para os demais sujeitos que desejam conhecer melhor a rede e os Coletivos. Os materiais são publicados nos blogs e nos sítios. Isso, além de dar visibilidade aos jovens, aumenta o estímulo para a criação.

- As experiências dos jovens participantes tem um profundo reflexo em suas bases éticas e morais, dando ao envolvimento com a causa socioambiental a possibilidade de atingir zonas de sentido mais amplas;

Percebe-se que os jovens não participam do Coletivo apenas como uma atividade pontal. Veem ali uma alternativa, parte integrante e fundamental de seu projeto de vida. Acreditam no potencial transformadora que essa causa tem para suas vidas e para a sociedade como um todo. Isso reflete a noção que tem da complexidade do campo.

Sendo assim, julga-se que a iniciativa aqui proposta possa ter contribuído para a compreensão da relação entre juventude e meio ambiente. Porém, trata-se

de uma questão que não necessariamente se encerra aqui. Considero que o presente trabalho pode ser fonte de novas possibilidades de investigação dentro de uma perspectiva futura. O conhecimento da juventude, sua caracterização enquanto categoria social tende a ser sempre algo inacabado, justamente por se tratar de uma categoria geracional, o que faz dela uma ocupação acadêmica circunstancial. No caso aqui relatado, algo possível de se investigar no futuro seria talvez a colocação social dos agentes envolvidos atualmente no processo descrito.

O grupo aqui estudado gera por si só uma liberdade de reflexão que pode se consolidar em vários aspectos. Algo que poderia ser investigado futuramente é até que ponto o envolvimento desses jovens com causas socioambientais, condicionou sua posição social. Se houve reflexo de seu engajamento ecológico dentro de seu projeto de vida, e de que maneira isso se consolidou. No entanto, são apenas possibilidades que permitem à abordagem realizada não se encerrar.

Saber que a causa socioambiental tem sido uma importante alternativa para os jovens, enquanto participação política e social, faz emergir conseqüentemente a necessidade de se ampliarem espaços semelhantes aos que eles encontram nos Coletivos Jovens. Na verdade, é justamente no fortalecimento desses grupos que encerra uma necessidade fundamental dos projetos de educação ambiental para jovens. Muitas vezes, como também foi constatado no caso estudado, os sujeitos carecem de vias estruturais, como espaço, recursos financeiros e materiais, apoio logístico, dentro outros elementos que viabilizem suas atividades. E aí habita uma situação que exige uma dimensão central na formação da autonomia. É necessário criar condições sem criar dependência. É louvável o esforço dos jovens do CJ-GO em levar em frente seus trabalhos, mesmo sem o apoio necessário. Porém, a riqueza de sua experiência merece e necessita de uma maior atenção, para que cada vez mais oportunidades sejam criadas a outros jovens que estão por vir.

Concluo o presente trabalho de pesquisa na certeza de que uma sociedade que oportuniza o jovem, conseqüentemente cria mecanismos de autodefesa e de desenvolvimento. Ressalto também a enorme contribuição que se deu no sentido de perceber que a causa ambiental pode ser sim uma possibilidade de constituição de

politicidade. Obviamente que esse processo está condicionado a uma série de variáveis. Mas essa possibilidade leva a crer que a sociedade pode caminhar em novos rumos que levem ao fortalecimento da cidadania, em especial de uma juventude que quer e sabe ser cidadã.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAD, Miguel. *Las políticas de la perspectiva de la revelación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil*. Última Década, Viña del Mar, CIDPA, n.16, p. 119-155, mar., 2002.
- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Paulo Martoni (Org.) *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- \_\_\_\_\_; *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 5, p.25-36, set./dez. 1997.
- ABRAMOVAY, M. ; CASTRO, M. G. *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, 2006.
- ABRAMOVAY, M. ; ESTEVES, L. C. G. , *Juventudes: pelos outros e por elas mesmas – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007*.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Reflexões: a Criança, o Brinquedo, a Educação*. São Paulo. Summus, 1984 [Novas Buscas em Educação]
- BOKANY, Vilma & VENTURI, Gustavo. **Maiorias adaptadas, minorias progressistas**. In: *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Helena Wendel Abramo e Pedro Paulo Martoni Branco (orgs.). São Paulo: Instituto Cidadania/Fundação Perseu Abramo, 2005, 351-446.
- BOURDIEU, Pierre. *A juventude é apenas uma palavra*. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.
- BRASIL. *Coletivos Jovens de Meio Ambiente: Manual Orientador*. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação Ambiental. MMA. 2005.
- \_\_\_\_\_. *Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para elaboração de políticas públicas*. / Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. – Brasília: Unesco, 2006.
- CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Internet e sociedade em rede*. In: D. de MORAES (org.), *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro, Record, 2003.

CARVALHO, I. C. M.. **Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea** In: Novaes, Regina e Vannuchi, Paulo (orgs). *Juventude e Sociedade; trabalho, educação, cultura e participação*. Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **O sujeito ecológico e identidade social: a juventude nas trilhas da reinvenção de si e da política**, in: DEBONI, Fabio. *Juventude, cidadania e meio ambiente: subsídios para a elaboração de políticas públicas*. Brasília, Ministério do Meio Ambiente/Diretoria de Educação Ambiental, 2006.

\_\_\_\_\_. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 3 ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

DEMO, P. (1994) *Política Social, Educação e Cidadania*. Campinas, SP, Papirus.

\_\_\_\_\_. (2002) *Politicidade: Razão Humana*. Campinas, SP, Papirus.

\_\_\_\_\_. (2001) *Pobreza Política*. 5. ed. Campinas, SP, Autores Associados.

\_\_\_\_\_. (2004) *Sociologia da Educação: sociedade e suas oportunidades*. Brasília, DF, Plano Editora.

\_\_\_\_\_. (2006) *Estudar*. Brasília, DF. UnB.

\_\_\_\_\_. (2008) *Autoria*. Brasília, DF. UnB.

DUBET, F. **As Desigualdades Multiplicadas**. In: *Revista Brasileira de Educação*. [S.l.: s.n.], 2001, n. 17, p. 5-19.

GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo, Unesp, 1991.

HERCULANO, S.C. **O Campo do Ecologismo no Brasil: o Fórum das ONGs. Política e Cultura: visões do passado e Perspectivas contemporâneas**. Elisa Reis et al (orgs.) São Paulo, Hucitec/ANPOCS, 1996

IBASE; POLIS. *Pesquisa nacional juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IBASE, POLIS, 2005

JACOBI, Pedro. **Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas**. In: Ribeiro, W. (org.) Publicado em Patrimônio Ambiental – EDUSP – 2003.

LAYRARGUES, Philippe P. – **Educação para Gestão Ambiental: a cidadania no enfrentamento dos conflitos sociambientais**. In: Loureiro, C.F.B. ET al(orgs) *Sociedade e Meio Ambiente: A Educação Ambiental em Debate*. São Paulo: Cortez, 2000 (87-155).

\_\_\_\_\_. **A Crise Ambiental e suas Implicações na Educação**. QUINTAS J. S. (org.) *Pensando e Praticando Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente*. 2. ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

- \_\_\_\_\_. **Apresentação: (Re) Conhecendo a educação ambiental brasileira.** In: Layrargues, P.P. (coord.). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 7-9.
- LEFF, E. *Epistemologia Ambiental*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- LYRA, Jorge et al. **A gente não pode fazer nada, só podemos decidir sabor de sorvete.** In: *Adolescentes: de sujeito de necessidades a um sujeito de direitos*. Cad. CEDES [online]. 2002, vol.22, n.57, pp. 9-21. ISSN 0101-3262.
- LOUREIRO, C. F. B. *O Movimento Ambientalista e o Pensamento Crítico: uma abordagem política*. Rio de Janeiro, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Educação Ambiental transformadora.** In: LAYARGUES, P. P. (Coord.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental. Brasília, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental.** In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1473-1496, set./dez. 2005.
- \_\_\_\_\_. **Complexidade e dialética: Contribuições à práxis política e emancipatória em Educação Ambiental.** In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006.
- MACEDO, Roberto Sidnei. *Etnopesquisa Crítica, etnopesquisa-formação*. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.
- MANNHEIM, Karl. *O problema da juventude na sociedade moderna*. In: *Diagnóstico do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961, p. 36-61.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)
- MELUCCI, Alberto, (1997). **Juventude, tempo e movimentos sociais.** In: *Juventude e contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPEd, nº 5 e 6.
- ROSEN, L.D. *Rewired – Understanding the iGeneration and the way they learn*. Palgrave, New York., 2010.
- OLIVIERI, L. *A importância histórico-social das redes*. In: *Manual de redes sociais e tecnologia*. São Paulo: CONECTAS/Friedrich Ebert Stiftung, 2002.
- REY, Fernando. – *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade (cap. 1 – 2 – 3)*. São Paulo: Thonson, 2005.

- ROUANET, P. S. **Ilustração e modernidade**. \_\_\_\_\_. In: *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- RUSCHEINSKY, A. **Atores sociais e meio ambiente**. In: LAYRARGUES, P.P. (coord.) *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- SCHERER-WAREN, I. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- SHIRKY, C. 2008. *Here Comes Everybody – The power of organizing without organizations*. Penguin, New York.
- SOARES, L. E. **Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo**. In: *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. NOVAES, R ; VANNUCHI, P. (Orgs.). São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SPOSITO, Marília Pontes. *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo. Ação Educativa, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação*. Texto apresentado na ANPED, 1999 (Mimeografado).
- TOZONI-REIS, M. F. C. **Compartilhando saberes: pesquisa e ação educativa ambiental**. In: Luiz Antônio Ferraro-Júnior. (Org.). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores**. 1a ed. Brasília - DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005, v. 01, p. 267-276.
- UNESCO. *Políticas Públicas de/para/com as Juventudes*. Brasília: UNESCO, 2004.
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979
- VIANA, Nildo. **Cultura, Tradição e Memória – A Juventude entre a Permanência e a Ruptura**. In: [www.casadajuventude.org.br/artigos. 2008](http://www.casadajuventude.org.br/artigos.2008).
- VIOLA, E. **O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica**. In: PÁDUA, J. A. *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo e IUPERJ, 1987.

## ANEXOS

### ANEXO A

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTUTURADA

##### Eixos Centrais

- Qual é o tempo de participação e processo de envolvimento com os Coletivos/ REJUMA?
- Quais são os aspectos relevantes de sua participação do Coletivo Jovem?
- Quais foram, até o momento, as experiências vividas no CJ?
- Quais são as características dos processos vivenciados no CJ?
- Qual é sua perspectiva social e pessoal referente ao CJ?
- Quais são as possibilidades oferecidas pelo envolvimento no CJ no que diz respeito à participação e organização?

## ANEXO B

### ENTREVISTAS

Entrevista 1

Entrevistada: Thaís Cruvinel

Articuladora do Coletivo Jovem-GO

***Há quanto tempo você participa do Coletivo Jovem e da Rejuma? Qual foi seu caminho até chegar lá?***

Da Rejuma tem aproximadamente dois anos e meio que eu participo e eu conheci a Rejuma através do CJ de Meio Ambiente. Como as pessoas que faziam parte do CJ participavam da Rejuma, eu entrei em contato e comecei a participar.

***E como você começou a participar do CJ?***

No CJ eu fiz saneamento ambiental no Sefet e alguns colegas de turma participavam do CJ na época e daí eu resolvi fazer parte.

***De lá pra cá que experiência que você teve que você considera de mais importante?***

Foram muitas as experiências principalmente no sentido de participação de eventos e de troca de experiências nesses eventos, perceber como outros coletivos se organizam, outros movimentos de juventude atuam. Mas o que dá para sentir de experiência principal nisso tudo é ver a juventude fazendo e acontecendo. Ver a juventude sendo massa de transformação de uma realidade ou outra.

***Você já participou de outros grupos antes do CJ?***

Particpei de Grêmio Estudantil quando estava no Ensino Fundamental durante um ano apenas e particpei de Grupo de Jovens da Igreja.

***Você acha que isso teve influência para participar do CJ?***

Eu acho que não teve influência. O meu caso é um pouco atípico. Não foi isso que me influenciou. O que me influenciou foi realmente a afinidade com os encontros

que eu tinha participado do CJ e o contato com esses amigos que me levaram a conhecer mais de perto o CJ e depois decidi permanecer.

***Quando você entrou no CJ você tinha qual objetivo?***

Eu fui descobrindo depois. Quando eu entrei o meu objetivo era atuar um pouco na área ambiental. Ganhar experiência com atuação em educação ambiental, que eu sabia que era o foco do CJ na época e continua sendo. Então, meu objetivo foi esse, depois eu fui conhecendo um pouco a amplitude do processo.

***Como você avalia o impacto do processo que vocês realizam?***

Eu acho que o eco ainda é pequeno sim. É pequeno, mas naquele grupinho onde ele fica o impacto é grande. Pelo menos o que a gente percebe é que tem pessoas que estão há quatro, cinco, seis anos, ou talvez desde o início do CJ. Que continuam até hoje e adotaram práticas de não usar mais sacola de plástico, de não jogar mais lixo na rua. Essas coisinhas pequenas que podem ter um grande reflexo na sociedade.

***Você acha que mudar pessoalmente é mudar socialmente?***

Acho que significa. Mudar pessoalmente significa mudar socialmente sim.

***Quais foram as últimas coisas que vocês tem feito?***

A última grande coisa que a gente fez foi o 5º Encontro Estadual. Pelo 5º ano consecutivo a gente realizou o encontro de juventude e meio ambiente aqui em Goiás, o último foi em Rio Verde, coordenado pelo Givago. E a gente teve lá cerca de 70 pessoas como público participantes, de maneira atípica, porque geralmente nossos encontros tem 100, 200 pessoas. Cada encontro é uma realidade diferente. Esse encontro foi metodologicamente muito rico, o mais rico que a gente fez até agora. A gente trabalhou os eixos que a gente se organiza. A gente tem feito agora reuniões semanais com o núcleo de comunicação. E tem se preparado para construir esse programa de juventude e meio ambiente para torná-lo uma política pública de juventude meio ambiente no futuro. Então nossos esforços agora estão concentrados nesses aspectos.

### ***Como vocês estão prevendo isso?***

A gente está construindo esse documento e a gente pensa em dois caminhos para viabilizá-lo. Um é estrategicamente conversar com gestores da área, gestor de juventude no estado, o gestor de educação no e o gestor de meio ambiente. O outro caminho seria por meio políticos mesmo, um deputado levar essa proposta para ser aprovado como lei na assembléia.

### ***Vocês tem contato com parlamentar? Tem pessoas que apóiam vocês ou vocês ainda vão fazer essa aproximação?***

Ainda vamos fazer. Mas, em outros municípios como Anápolis, por exemplo, já há uma disponibilidade desse contato político.

### ***Que significado o CJ tem pra você?***

Participar do CJ é pra mim um meio de crescimento pessoal, meio onde eu aprendo, uma forma que eu possa construir um eu diferente. Esse é o principal ponto que me mantém no CJ. E o segundo ponto é de construir uma sociedade diferente. Quer dizer, ao me transformar, eu acredito que a gente pode transformar também a sociedade, que a gente pode construir uma sociedade mais sustentável, um planeta mais equilibrado a partir da premissa de agir localmente mas pensando globalmente. A nossa ação pequenininha aqui pode ter um efeito no mundo como um todo é isso que me mantém, que me sustenta na militância.

## **ENTREVISTA 2**

**Entrevistada: Maíra Cruvinel**

**Coordenador de Comunicação - Coletivo Jovem-GO**

### ***Como você chegou no CJ?***

O CJ eu conheci porque a minha irmã Thaís entrou e a partir disso eu fui conhecendo o Movimento, fui andando com as pessoas, porque eu sempre estive muito com ela e fui me interessando pela causa. E passou um ano e meio mais ou menos que eu entrei formalmente pro Coletivo.

### ***E como você se tornou coordenadora?***

No último encontro, no 5º Encontro, sempre tem uma reunião, em todos os encontros tem, onde se avaliam a coordenação, decide se vão continuar ou não e se não escolhem outros coordenadores.

***Como é essa escolha, é informal?***

É informal. As pessoas fazem o diálogo, a conversa, e cada um dá a sua opinião dos municípios que estão lá presentes.

***Como que é a organização interna e qual a função específica da coordenação?***

São três coordenadores. Meu eixo é comunicação, então vamos falar de comunicação. Comunicação tem a lista de comunicação interna do grupo, onde os municípios se interagem por ali, tem também o blog onde a gente divulga ações, textos. A gente participa de todas as redes, então comunicação é mais para isso, fazer a comunicação do Movimento. E agora com o núcleo de comunicação estamos planejando para o ano 2010/2011 fortalecer a comunicação externa do grupo, ou seja, tornar mais conhecido. Dentro está funcionando muito bem, o que está faltando é essa divulgação, essa publicidade do Movimento para fora.

***Com que frequência o grupo como um todo tem se reunido?***

A última vez foi há duas semanas. Foi reunião interna mesmo, de planejamento. No núcleo a gente planeja as ações de divulgação do grupo e outras coisas que a gente está planejando agora.

***Você acha que participar hoje do CJ está te influenciando em escolhas futuras?***

Com certeza tem influência. Ainda não teve na questão do curso que eu vou fazer porque eu não mudei depois que eu entrei pro CJ, mas em questão pessoal, de vida, de formação mesmo mudou muito em pouco tempo. Em um ano e meio minha cabeça já é totalmente outra do que eu via antes.

***Qual foi pra você os momentos mais marcantes?***

Definitivamente o 5º encontro estadual e o 6º fórum brasileiro de educação ambiental que fomos para o Rio foram algumas pessoas daqui de Goiás. É porque

eu tive uma visão nacional do que a Educação Ambiental está fazendo. Durante o mesmo período teve um outro encontro que participamos e o Manifesto. O manifesto foi no Fórum quando o Minc teve no fórum a gente fez um manifesto contra a política. Uma manifestação silenciosa, se caracterizou, fizemos jornais e entramos silenciosamente com esses jornais, por exemplo, queremos aprovação da PEC do cerrado e várias outras questões como não pela transposição do rio São Francisco, a volta da educação ambiental do IBAMA. Entramos silenciosamente e fomos lá no cantinho e pedimos a palavra. Como não deram a palavra, fizemos barulho. Ai quando a gente fez barulho, deram a palavra e a gente leu o discurso e depois ele nos respondeu. Passou a maior parte da palestra dele nos respondendo.

***De tudo o que vocês fazem, você acha que hoje essas ações tocam mais as pessoas individualmente ou tem influencia na sociedade como um todo?***

Acho que as ações agora estão tocando mais a gente. Porque as pessoas que vão para os encontros e conhecem nossas praticas, nossas ações, normalmente ficam, a maioria fica. Então assim, até onde a gente consegue falar, até onde eles nos escutam, a gente consegue trazer isso pra dentro do Coletivo e eles motivados tentam motivar outras pessoas.

***Como é que faz para participar do coletivo? É só querer, se inscreve, faz um cadastro?***

Os encontros trazem muitos membros pro CJ, mas a partir do momento que você conhece o movimento é só entrar em contato com o membro, todo material nosso tem e-mail, tem os telefones dos coordenadores. E as pessoas entram em contato, ligam ou mando e-mail, e a partir disso passam a participar do movimento. É só querer mesmo.

***Está todo mundo no mesmo ideal, você consegue promover essas idéias nos outros lugares que você está?***

Vamos falar do colégio. Lá no colégio, todas as pessoas que me perguntam às vezes eu falo: ah, vou para o encontro e me perguntam mas como, você vai porque? E eu explico que é pelo CJ, explico o que o movimento faz e ele se interessa. Mas,

na maioria das vezes como são muito jovens, 15, 16 anos, os pais não motivam e com isso eles acabam se desmotivando também. Nos outros lugares eu nunca falei é mais no colégio onde a gente tem um convívio mais diário. Sempre se interessam, só que normalmente não tem um apoio familiar para prosseguir nessas idéias.

***Como você avalia a importância do CJ na sua própria vida?***

O CJ influencia na minha vida assim em questão de idéias, do que fazer e do que não fazer no mundo em questões gerais. E pessoalmente influencia em tudo porque aqui a gente amigos, a gente conhece novas coisas, vai passando a ter uma idéia mais geral do mundo. O CJ foi isso pra mim, passou a me dar uma idéia mais meio fora da janela, sabe, uma coisa de dentro.

**ENTREVISTA 3**

**Entrevistado Givago Barbosa**

**Coordenador de Formação do Coletivo Jovem-GO**

***Como você chegou no coletivo, qual foi seu caminho até lá, quem te levou porque que você está lá?***

Há três anos teve uma notícia na escola que teve uma oficina da comissão de meio ambiente e da qualidade de vida nas escolas e quem estaria fazendo essa oficina seria o coletivo jovem de meio ambiente. Na época era localmente, eu não conhecia os meninos aqui de Goiânia. E foi no coletivo Jovem de Meio Ambiente lá de Rio Verde, de onde eu era. E foi assim, uma experiência muito transformadora e impactante porque até então eu não tinha ouvido falar de política de meio ambiente nem de educação ambiental e de nenhum dos processos político-pedagógicos, digamos assim, que foram usados na oficina e me interessou muito. Desde então eu comecei a participar das reuniões.

***E a oficina durou quanto tempo?***

Foram dois dias.

***Você lembra o que eles trabalharam, qual era o foco?***

Foi puramente a educação ambiental informal que o coletivo jovem faz, que eu acho que é a própria ferramenta transformadora do coletivo.

***Eles falaram sobre o próprio coletivo ou fizeram um trabalho de educação ambiental?***

Também. Mas na época o foco era mais o Com Vidas, que é um programa do governo que estava sendo desenvolvido na escola, mas que para a formação dela falou-se muito do CJ e desde então eu comecei a participar.

***E o Com-Vidas deu certo lá?***

Deu muito certo. A gente começou a fazer em sete escolas e hoje se mantém em duas escolas.

***Todas elas públicas?***

Sim, todas escolas estaduais.

***E você também está no projeto Com-Vidas?***

Sim, eu fui um dos que participou mais ativamente, digamos, dos processos de formação da Com Vidas, tanto em Rio verde quanto a nível estadual.

***E o que tem rolado nos grupos do ConVidas? Que tipo de Educação Ambiental? Como é essa formação? Que temas, que assuntos que vocês desejam promover que as pessoas aprendam mais? Quem planeja, são só jovens ou tem professores, adultos que estão influenciando também?***

Dentro do processo da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas Escolas ConVidas elas já tem toda uma metodologia preparada para se trabalhar. Que é a árvore dos sonhos, oficinas de futuro, que foi a metodologia preparada que veio para a gente para trabalhar. Mas, tem muita coisa que a gente trabalha no Com Vidas que também foi da formação dos Coletivos dos Jovens, como, por exemplo, a árvore dos sonhos e pedras no caminho.

***Como que são essas atividades?***

Na árvore dos sonhos você começa com uma pergunta provocativa, perguntando o que você sonha, o que você deseja para aquela realidade da sua escola. O que você precisa mudar a nível ambiental ou não. As aulas, como precisa para ter uma inserção de temas de meio ambiente. E os alunos, os próprios estudantes falam muito sobre isso e começam a se posicionar sobre aqueles assuntos que eles talvez não tinham voz para falar, eles começam a ter uma comunicação que eles não tinham vivido ao participar dessas oficinas. Na oficina pedras no caminho ela começa com a dificuldade, o que impede aquele sonho se tornar realidade. Então, a partir do pedras no caminho, você coloca objetivos, metas para eles executarem praquela sonho que eles pensaram se concretizar na escola.

***O que você é, de que pasta?***

Sou coordenador de formação. O coletivo jovem de meio ambiente do Goiás ele se organiza numa coordenação colegiada em três eixos: comunicação, formação e gestão. Eu era de Rio Verde, a coordenadora de gestão que é a Natane Cardoso, também é de Rio Verde. Agora ficamos nós dois aqui em Goiânia e uma no interior.

***E quais são suas responsabilidades específicas em relação a formação? Onde vocês buscam material, informação, tem autor, pessoas que vocês leiam para pegar essas idéias e transpor na parte de formação dos grupos?***

Pessoas mesmo que eu conheci aqui de Goiás, por exemplo, a Rosa Viana, que é uma professora doutora que já acompanhou o CJ desde o período de formação deu muito essa idéia de formação, o que era formação pra mim. A parte mesmo de mexer com metodologia, pessoas dentro do CJ e como a educação ambiental transforma as pessoas. Vendo a atuação dela nas oficinas, nos encontros estaduais, porque ela sempre acompanhou a gente, eu pude ter uma idéia real do que era formação e me preparar também para atuar nessa área.

***Você falou em transformar pessoas. O que significa para você transformar as pessoas em questões ambientais, de fato?***

Essas transformações ocorrem inicialmente por meio de sensibilização. De ela ter idéia do que aquela questão sócio-ambiental, porque se a gente for falar de questão social hoje já não é social, é sócio-ambiental. A pessoa começa a enxergar que

sempre teve aquilo na vida dela só que ela não sabia como atuar e como participar naquilo. A partir do momento que ocorre essa transformação, ela quer participar, ela quer ajudar a disseminar aquilo e transformar aquelas idéias e colocar as idéias dela também em prática, no que ela se sente disponível a transformar junto com a educação ambiental. Pra mim a educação ambiental é acima de tudo uma ferramenta transformadora de cidadãos.

***Sobre o blog, as pessoas escrevem artigos. É importante essa questão de ter autores no grupo? Como vocês avaliam isso? Qual a importância disso? Ter espaço para as pessoas expressarem.***

Eu acho muito importante porque eu mesmo passei por um processo de transformação dessa coisa que eu era muito retraído, tímido, não tinha muita atuação, muita conversa. Depois que eu me envolvi no CJ eu passei a ter vontade de escrever sobre o que eu pensava, de querer atuar, de perguntar para as pessoas coisas para eu poder escrever depois. Então, eu acho que essa coisa do espaço é muito importante.

***Você costuma a escrever com freqüência?***

Sim, tanto sobre coisas pessoais como sobre meio ambiente.

*(Invenção – Thaís Cruvinel) Essa coisa do blog, ela mostra, se você olhar o blog do CJ, ela mostra bem como é nossa realidade mesmo. Lá tem texto de todo mundo, artigo de todo mundo. E não tem uma denominação da coordenadora de comunicação: você vai fazer matéria sobre determinado assunto. É espontaneamente. De vez em quando eu vejo: ah, esse blog está meio parado aí eu top sem idéia. De repente vem alguém e posta uma coisa lá e eu vejo depois. Funciona assim, tudo no CJ, não só no blog, mas funciona assim, muito voluntariamente, todo mundo é muito autônomo para fazer aquilo que tem em mente.*

Inclusive essa divisão da nossa coordenação é mais um processo de organização interna. E a gente tenta até não mostrar isso pras pessoas externamente porque os ideais do CJ são horizontalidade, de não ter essa idéia de hierarquia, tudo.

***Como é que funciona? Vocês tem problema com isso?***

Esses termos mesmo, coordenador, presidente, não tem uma relevância no CJ porque pra gente ver mesmo como isso acontece na prática: no encontro estadual eu era o coordenador e quem praticamente me ajudou e fez a metodologia foram a Thaís, a Maíra e o João. Que praticamente trouxeram a metodologia pronta e nós começamos a atuar. Quem mexeu com a parte de estrutura, financiamento, essas partes mais burocráticas foi o pessoal de Rio Verde que organizou. Então, esse processo ele também é muito libertatório para o jovem. Porque a partir do momento que você entra numa organização horizontal, você tem um espaço muito grande para mostrar aquilo que você pensa e de não ser criticado se tiver errado. Você é colocado num caminho de aprendizado, mas você não é criticado por aquilo. Você passa por um processo de educação, reeducação muito importante porque ali não tem uma pessoa falando oh você tem que fazer isso, agora você vai fazer isso. É sempre aberto pra você mostrar suas idéias, mostrar sua opinião e falar: oh isso eu não concordo, vamos tentar fazer desse jeito? Colocar de uma forma que você acha e ajudar no grupo, no coletivo mesmo. Pra mim foi importante essa coisa do CJ porque me ajudou a me socializar com outras pessoas, meio que me colocar como agente social, socializar com o meio.

***Você vai fazer história, né? Você acha que tem a ver com a trajetória do Movimento?***

Foi o CJ que me ajudou a decidir. Eu entrei sem rumo no movimento. Praticamente na primeira reunião que eu participei no CJ foi mais para implicar com um amigo meu que a gente tinha discutido. Eu não conhecia aquele Movimento. O assunto de um jovem falando lá na frente que me chamou atenção na hora. Então assim, uma coisa que eu tinha ido só porque o coleguinha vai, naquela hora me transformou. Então foi muito importante porque a partir daí eu comecei a pensar no meu caminho. O CJ ele te incita muito a isso, a pensar pro seu futuro, o que você quer para a vida. Eu sempre fui apaixonado por história e descobri a pouco tempo que tem história ambiental. E comecei a pesquisar o que era e descobri que na Universidade Federal de Goiás já tem um núcleo de história ambiental e professores que eram formados no exterior e que dão aula aqui hoje. Então foi um caminho que eu quero me especializar nisso que é história ambiental.

***Vocês tem relação com sindicatos, partidos políticos, empresas que apóiam vocês ou por enquanto é mais o grupo mesmo sem muito envolvimento com outros setores da sociedade?***

Quando chega nos encontros estaduais que a gente precisa de dinheiro para fazer as coisas e é um encontro que dá visão, que dá o campo de ótica maior para as pessoas, ocorre muito. Ah, que euro fazer isso, eu quero entrar em parceira com o CJ. E quando eu fui coordenador surgiu muito dessa coisa, mas chega na hora a pessoa, a empresa ou até o partido político ele quer aparecer ali mas não quer entrar com o suporte, com uma contrapartida daquilo que ele quer fazer. Essa também foi uma realidade triste que a gente vê, que tem muitas pessoas que lucram em cima da questão ambiental e da questão juventude. Que não agem por vontade de transformar aquilo, mas sim por um ganho pessoal. Essa realidade infelizmente eu vivi quando eu participei na superintendência da juventude da cidade. Que eles entravam com um papo muito legal de vamos ajudar no encontro, mas no final.

***Como é que é?***

Participei na organização do encontro. A gente levou o projeto a eles, eles quiseram sim ajudar. Ajudaram em muitas coisas, mas ficou muito no boca a boca, naquela coisa do político mesmo. Então acho assim, os nossos encontros sempre foram muito sucesso porque a gente mesmo deu a cara a tapa, quis acontecer e fez acontecer. Teve muita ajuda de empresa algumas vezes, mas sempre foi a gente trabalhando e atuando.

*(Intervenção – Thaís Cruvinel) De fora tem basicamente a secretaria de educação, por meio do núcleo de educação ambiental que sempre são parceiros. A Semar que geralmente nos apóia. E tínhamos o IBAMA até certo tempo mas depois teve uns problemas e a gente rompeu a parceria com o IBAMA. O IBAMA nos cedeu uma sala durante 4 anos e depois eles pediram a sala. Estamos sem espaço físico já faz mais de um ano. Os outros órgãos, secretaria de educação, a Semar, apóiam com coisas específicas do encontro. Geralmente a gente precisa de dinheiro, mas o dinheiro nunca entra, mas entra o subsídio. Por exemplo, eles pagaram as passagens das pessoas ir para o Encontro, às vezes a gente consegue alimentação lá mesmo, outra pessoa doou o espaço físico.*

Essa parte do núcleo de educação ambiental do Seduc, sempre foi muito importante porque até eles contribuíram para o nosso crescimento pessoal. Não foi só no CJ, acho que foi uma construção de várias pessoas e alguns movimentos que ajudaram transformar as pessoas do grupo do CJ.

***Hoje em Goiânia, vocês se veem jovens diferentes pensando no geral, na juventude de Goiânia? Pensando até num nível maior e os valores que a gente tem hoje, como é que vocês se veem? Vocês acham, que vocês estão com outra maré, vocês tem dificuldade para convencer os jovens... Quais seriam os principais desafios hoje do CJ aqui em Goiânia?***

Eu acho assim que a nível local eu no começo não dava tanta credibilidade para o trabalho que eu fazia. Eu achava que era uma coisa que a gente tava ali e que não ia deixar um resultado depois. Mas até pouco tempo, em junho, eu participei da Conferência Internacional Infanto-Juvenil vamos cuidar do Planeta. As meninas participaram dos encontros nacionais, só que eu nunca participei e fui direto para o encontro internacional, porque tinha influencia no inglês e precisava. Eu fui como articulador da conferência. E lá foi uma realidade global de mais de 1000 pessoas de 52 países e jovens que estavam lá levando sua realidade, suas contribuições para mostrar mesmo o que aquilo ali estava contribuindo e transformando. E foi até a partir daí que eu comecei a ver nossa esse trabalho que eu faço já tem um eco tão grande. Localmente aqui a gente pode não ter tanto reconhecimento, mas os CJ no Brasil tem uma credibilidade muito grande, tanto em espaços públicos, da política, como dentro de empresas, instituições fechadas. E o CJ lá na Conferência Internacional era a maior organização de jovens que estava lá representando o Brasil todo. Tinha jovens dos 26 estados e estavam lá atuando e mostrando cada um sua realidade, o que era ali. Além de eu conhecer as pessoas do movimento nacional, eu conheci do movimento internacional, da juventude e meio ambiente na sua realidade no total, no globo. Então pra mim foi muito importante ver que esse resultado ele tem uma base sólida que vai sim continuar e que tem pessoas que a cada dia mais estão realmente envolvidas nisso.

***Como vocês viram as eleições agora? O coletivo se posicionou como um grupo ou as pessoas foram livremente se posicionando? O que vocês acharam***

**da pauta ambiental agora no debate político nas eleições presidenciais e também locais?**

*(Intervenção – Thaís Cruvinel) A característica do CJ é ser um movimento apartidário. Então, enquanto coletivo a gente não se posicionou nem em nível estadual nem nível nacional. Mas, a gente é apartidário, mas não é apolítico. A grande maioria de nós éramos Marineiros, éramos do Movimento Marina Silva e tentamos ao Maximo não influenciar o CJ nisso. Onde a gente ia, éramos o CJ, individualmente a gente trabalhava em prol da campanha da Marina Silva. No aspecto ambiental eu acho que a discussão ficou muito vaga ainda, mas pelo menos houve alguma discussão e isso se deu principalmente pela candidatura da Marina Silva porque se não fosse a candidatura dela, a questão ambiental não seria nem discutida. Então a candidatura dela teve essa relevância no meu ponto de vista pessoal de trazer a questão ambiental a tona para a gente discutir porque dificilmente essa questão é levantada e depois dela, depois daquela expressiva votação que ela teve, todo mundo ficou verde: o PT ficou verde, o PSDB ficou verde, o discurso ficou uma gracinha, mas na prática a gente sabe que não costuma ser feito isso. Acho que houve um crescimento da área ambiental nesse último governo por ser um governo mais participativo, mais aberto. Essa Conferência que o Givago falou foi desse processo de conferencia que nasceu o CJ. As conferencias por si são o meio de ouvir a população e geralmente não se tinha essa prática nos outros governos. Não votei nesse governo porque não acho que ele é o ideal ainda. Decidi anular meu voto, mas acho que já houve um grande salto.*

**Se essa proposta acabar. O que vocês pensam sobre isso?**

Se essa proposta acabar, eu, particularmente, quero continuar com a proposta co CJ. Até porque hoje o CJ já não é mais uma política pública, a gente não recebe mais apoio financeiro, nem moral, nada. Tá difícil ate de conversar. A gente ainda tem alguma relação geralmente tem algum apoio institucional principalmente do Ministério da Educação, às vezes do Ministério do Meio Ambiente, mas assim, já deixou de ser uma política pública há muito tempo. Durou enquanto a primeira conferencia durou. E depois disso decidiram continuar existindo então acho que a mudança de governo não vai influir na existência dos CJ. Ela pode influenciar talvez na sua atuação, porque pode dificultar um pouco.

***Vocês acham que o CJ são independentes e autônomos?***

Sim. Um exemplo disso é a Rejuma porque ela também foi uma organização que nasceu dentro de uma política pública do governo, mas que hoje em dia já praticamente expandiu num nível muito maior do que poderia acontecer se continuasse naquela coisa ali de governo. Então acho que a partir do momento que se tornou uma rede nacional de jovens do movimento social, porque inclusive a maioria dos CJ que se organizam a partir dos pressupostos da horizontalidade não se institucionalizou, não pegam CNPJ e continuam como Movimento Social. Então acho que a partir dessa forma de organização há o espaço do crescimento, porque se você focaliza ali naquela hierarquia, naquela institucionalização, você dá espaço para pessoas vieram ganhar proveito em cima daquilo, nome em cima daquilo e o trabalho vem se perdendo nesse tempo. A gente tem exemplos de organizações que se perderam nisso, mas eu acho que pro CJ não corre mais esse risco mais, porque enraizou, que é um termo que a gente usa muito. A gente já está enraizado com esses ideais da juventude de meio ambiente então acho que a gente não corre risco de morrer.

***E o que você leva disso pra sua vida? Deu para ver que tem relação com seu projeto de vida em si? Quais são as marcas do grupo em você?***

O movimento teve 99% de impacto pessoal e 1% de impacto social. Porque ele me transformou, as pessoas, como eu já disse, que surgiram na minha vida me transformaram bastante. As ideias que essas pessoas trouxeram... Eu não tinha aquela coisa de personalidade formada eu acho que depois do CJ, tem muita gente que passa por pequenos processos de reconhecimento, mas o meu foi total e só se deu pela minha entrada no CJ então acho que influenciou em todas as áreas da minha vida tanto sociais, quanto pessoais quanto religiosas. Todas essas áreas me transformaram por conta do CJ de Meio Ambiente.